

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Grua Investimentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grua Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Investigação envolvendo controlada indireta

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”), controlada da Companhia, contratou escritório de advocacia e empresa de investigação independente para realização de diligências específicas relacionadas à operação promovida pela Polícia Federal, deflagrada em 11 de maio de 2017 na controlada indireta Águas Guariroba S.A. Até o presente momento os trabalhos dos consultores contratados e as medidas tomadas pelo Conselho de Administração da Aegea Saneamento relativas à operação da Polícia Federal mencionada acima não foram totalmente finalizados assim como a análise dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras da Aegea Saneamento. Conseqüentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os possíveis impactos referente a esse assunto nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável das contas a receber

A mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável das contas a receber necessita que a administração das controladas façam o uso de julgamentos significativos relacionados aos dados, critérios e premissas utilizadas. Em função da estimativa envolver um elevado nível de julgamento por parte da administração e a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e levando em consideração as características específicas das concessões, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda e a classificação dos ativos entre as categorias privado, setor público e renegociações; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; e (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração com relação a parcelamentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a redução ao valor recuperável das contas a receber, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos respectivos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.i. e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas 4.h., 4.p., 11 e 12.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e conseqüentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e intangível como área significativa de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) teste das adições do ativo de contrato de concessão e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo de contrato de concessão adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.h., 4.p., 11 e 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Instrumentos financeiros derivativos

Com o intuito de proteção aos riscos de volatilidade das taxas de câmbio, taxa de juros e inflação, as controladas diretas e indiretas da Companhia contratam instrumentos financeiros derivativos, sendo que para parte desses, a Administração utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting). Esses instrumentos financeiros derivativos totalizam R\$ 1.203.699 mil no ativo consolidado e R\$ 105.546 mil no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), em 31 de dezembro de 2020. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, as controladas diretas e indiretas da Companhia devem cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia na demonstração do resultado.

Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de hedge, bem como, em caso da ocorrência de designação ou comprovação de ineficácia com potencial risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise das estruturas de hedge accounting; (ii) revisão de contratos; (iii) confirmação externa dos respectivos contratos; (iv) análise da documentação das políticas e memorandos que formalizam a designação para contabilidade de hedge; (v) elaboração de cálculos independentes para a validação do valor justo, utilizando taxas de mercado e demais dados observáveis; e (v) análise dos testes de efetividade prospectiva e retrospectiva para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia e suas controladas para utilização da contabilidade de hedge, assim como as respectivas divulgações nas notas 4.d. e 26, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas mencionadas no parágrafo acima, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

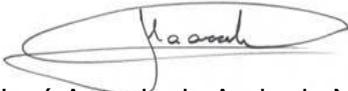
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Grua Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	56	13	82.007	29.926
Aplicações financeiras	6	81.762	87.551	2.639.791	987.118
Contas a receber de clientes	7	-	-	780.249	668.493
Estoques		-	-	12.087	12.211
Impostos a recuperar	8	3.194	2.474	84.001	83.590
Adiantamento a fornecedores		9	10	6.329	7.187
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	102.913	25.882
Outros créditos		-	-	75.497	71.410
Total do ativo circulante		85.021	90.048	3.782.874	1.885.817
Aplicações financeiras	6	5.923	5.763	47.693	45.582
Contas a receber de clientes	7	-	-	393.224	368.168
Impostos a recuperar	8	-	-	126.632	22.843
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	227.152	212.001	227.152	212.001
Ativo fiscal diferido	25	-	-	22.571	55.472
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	1.100.786	486.159
Depósitos judiciais	17	-	-	45.191	263.615
Outros créditos		1.376	1.376	31.004	63.047
Total do realizável a longo prazo		234.450	219.140	1.994.253	1.516.887
Investimentos	10	900.798	807.376	36	2.993
Imobilizado		-	-	109.099	88.592
Ativo da concessão	11	-	-	561.223	1.048.980
Intangível	12	-	-	4.421.429	3.621.098
Total do ativo não circulante		1.135.248	1.026.516	7.086.040	6.278.550
Total do ativo		1.220.269	1.116.564	10.868.914	8.164.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais--Continuação
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fornecedores e empreiteiros	13	50	18	199.791	209.529
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	37.248	13.146	913.454	750.723
Obrigações trabalhistas e sociais	16	-	-	86.151	96.837
Obrigações fiscais		15	29	25.395	30.738
Imposto de renda e contribuição social		-	-	13.929	14.614
Parcelamentos de impostos		-	-	1.005	1.250
Dividendos a pagar	18	783	1.324	783	1.324
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	37.952	-	1.823
Outros impostos diferidos		-	-	10.560	6.189
Outras contas a pagar	15	-	-	159.044	164.394
Total do passivo circulante		38.096	52.469	1.410.112	1.277.421
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	233.922	267.739	6.970.301	4.550.536
Passivo fiscal diferido	25	501	501	299.808	210.089
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	1.823	-	1.823	-
Parcelamentos de impostos		-	-	2.876	3.775
Provisão para contingências	17	-	-	59.618	28.105
Passivo a descoberto		40.095	26.534	-	-
Outros impostos diferidos		-	-	12.086	15.022
Outras contas a pagar	15	-	-	106.708	112.390
Consideração contingente		-	-	-	232.407
Total do passivo não circulante		276.741	294.774	7.453.220	5.152.324
Total do passivo		314.837	347.243	8.863.332	6.429.745
Patrimônio líquido	18				
Capital social		416.458	416.458	416.458	416.458
Reserva de capital		(6.650)	(6.650)	(6.650)	(6.650)
Reservas de lucros		385.047	310.179	385.047	310.179
Ajuste de conversão de balanço		5.031	2.148	5.031	2.148
Ajuste de avaliação patrimonial		105.546	47.186	105.546	47.186
Patrimônio líquido		905.432	769.321	905.432	769.321
Participação de não controladores		-	-	1.100.150	965.301
Total do patrimônio líquido		905.432	769.321	2.005.582	1.734.622
Total do passivo e patrimônio líquido		1.220.269	1.116.564	10.868.914	8.164.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	19	-	-	2.836.535	2.868.037
Custos dos serviços prestados	20	-	-	(1.379.982)	(1.575.409)
Lucro bruto		-	-	1.456.553	1.292.628
Despesas administrativas e gerais	21	(2.119)	(2.265)	(601.728)	(379.114)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	22	-	-	(9.719)	(10.604)
Outras receitas operacionais	23	-	-	88.640	23.937
Outras despesas operacionais		-	-	(14.283)	(5.829)
Resultado de equivalência patrimonial		149.461	109.653	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		147.342	107.388	919.463	921.018
Receitas financeiras	24	2.677	2.782	1.141.681	822.446
Despesas financeiras	24	(16.012)	(19.666)	(1.457.968)	(1.260.314)
Resultado financeiro		(13.335)	(16.884)	(316.287)	(437.868)
Resultado antes dos impostos		134.007	90.504	603.176	483.150
Imposto de renda e contribuição social	25	-	112	(266.654)	(232.698)
Lucro líquido do exercício		134.007	90.616	336.522	250.452
Acionistas controladores		133.998	90.610	133.998	90.610
Acionistas não controladores		9	6	202.524	159.842
Lucro líquido do exercício		134.007	90.616	336.522	250.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício		<u>134.007</u>	<u>90.616</u>	<u>336.522</u>	<u>250.452</u>
Outros resultados abrangentes					
Valor justo de derivativos	26	88.424	54.617	180.273	114.688
IR/CS sobre valor justo de derivativos	26	(30.064)	(18.570)	(61.293)	(38.994)
Ajuste de conversão de balanço		<u>2.883</u>	<u>406</u>	<u>5.881</u>	<u>874</u>
Resultado abrangente total		<u>195.250</u>	<u>127.069</u>	<u>461.383</u>	<u>327.020</u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		195.250	127.069	195.250	127.069
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>266.133</u>	<u>199.951</u>
Resultado abrangente total		<u>195.250</u>	<u>127.069</u>	<u>461.383</u>	<u>327.020</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão de balanço	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros						
Saldos em 1º de janeiro de 2019		416.458	(6.650)	17.049	308.475	11.139	1.742	-	748.213	887.858	1.636.071
Aumento de capital social - não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Transações com acionistas		-	-	-	5.217	-	-	-	5.217	8.683	13.900
Efeitos reflexos da controlada:											
Valor justo derivativos (Hedge accounting)		-	-	-	-	36.047	-	-	36.047	39.647	75.694
Ajuste de conversão de balanço		-	-	-	-	-	406	-	406	468	874
Diluição de participação societária		-	-	-	(21.313)	-	-	-	(21.313)	(40.112)	(61.425)
Reserva incentivo fiscal	18 g.	-	-	-	225	-	-	-	225	-	225
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	90.610	90.610	159.842	250.452
Destinações:											
Reserva legal	18 c.	-	-	4.531	-	-	-	(4.531)	-	-	-
Dividendos	18 e.	-	-	-	-	-	-	(90.084)	(90.084)	(91.083)	(181.167)
Lucros retidos	18 d.	-	-	-	(4.005)	-	-	4.005	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		416.458	(6.650)	21.580	288.599	47.186	2.148	-	769.321	965.301	1.734.622
Efeitos reflexos da controlada:											
Valor justo derivativos (Hedge accounting)		-	-	-	-	58.360	-	-	58.360	60.620	118.980
Ajuste de conversão de balanço		-	-	-	-	-	2.883	-	2.883	2.998	5.881
Diluição de participação societária		-	-	-	(6.064)	-	-	-	(6.064)	43.341	37.277
Reserva incentivo fiscal		-	-	-	186	-	-	-	186	195	381
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	133.998	133.998	202.524	336.522
Destinações:											
Reserva legal		-	-	6.700	-	-	-	(6.700)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(53.252)	(53.252)	(174.829)	(228.081)
Lucros retidos		-	-	-	74.046	-	-	(74.046)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		416.458	(6.650)	28.280	356.767	105.546	5.031	-	905.432	1.100.150	2.005.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos	25	134.007	90.504	603.176	483.150
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	20 e 21	-	-	272.481	243.713
Resultado na baixa de intangível	12	-	-	2.563	1.951
Resultado na baixa de imobilizado		-	-	3.239	3.579
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 24	14.692	16.623	359.173	300.324
Amortização e baixa do custo de captação	14	1.196	-	23.439	15.044
Varição cambial	14	-	-	33.675	69.453
(Ganho) Perda com instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	(599.463)	(63.755)
Ajuste de conversão de balanço		-	-	478.437	(6)
Atualização obrigação de compra de ações	26	-	-	-	(17.243)
Juros sobre aplicações financeiras	6	(3.126)	(3.373)	(44.863)	(58.606)
Ajuste a valor presente de clientes	24	-	-	(13.680)	44.503
Resultado de equivalência patrimonial	10	(149.461)	(109.653)	-	-
Provisão para contingências	17 e 21	-	-	56.507	9.171
Atualização monetária das contingências	17	-	-	392	(196)
PIS/Cofins sobre receitas financeiras		-	-	3.821	1.513
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 e 21	-	-	109.975	106.935
Baixa de títulos do contas a receber	21	-	-	(24.455)	(57.775)
Provisão PIS/Cofins		-	-	-	(2.566)
Habilitação de crédito de PIS e COFINS s/ decisão judicial	23	-	-	(72.211)	(3.614)
Atualização Financeira s/ impostos	24	-	-	(63.734)	(3.179)
Provisão para bônus diretoria		-	-	-	69.502
Atualização do outras contas a pagar		-	-	9.999	24.009
Baixa de ativo descontinuado		-	-	9.375	-
		(2.692)	(5.899)	1.147.846	1.165.907
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) / Diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes		-	-	(224.119)	(246.822)
Estoques		-	-	124	(1.017)
Impostos a recuperar		(14)	89	42.987	16.549
Adiantamentos a fornecedores		1	(10)	858	10.271
Depósitos judiciais		-	-	218.424	(123.839)
Outros créditos		-	8	82.045	(866)
Aumento / (Diminuição) dos passivos					
Fornecedores e empreiteiros		32	18	(9.738)	(28.480)
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	(10.686)	29.616
Obrigações fiscais		(14)	26	(5.343)	3.918
Parcelamentos de impostos		-	-	(1.144)	(972)
Pagamento de contingências	17	-	-	(32.318)	(28.310)
Dividendos a pagar		(541)	679	(541)	(988)
Outros impostos diferidos		-	-	1.435	3.623
Outras contas a pagar		-	-	(146.282)	(196.474)
Juros pagos	14	(16.853)	(12.765)	(361.188)	(291.663)
Imposto de renda e contribuição social pagos	25	-	-	(196.444)	(196.611)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais					
		(20.081)	(17.854)	505.916	110.219

Grua Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras	6	4.929	(50.560)	(1.653.547)	356.698
Juros recebidos	6	3.120	3.809	39.673	53.270
Adiantamento para futuros investimentos		-	-	-	20.000
Cancelamento de ações		-	-	-	(106.579)
Parcela paga referente a aquisição de controladas		-	-	(114.257)	(337.894)
Aplicação em fundo para investimento		-	-	-	(2.956)
Alienação de investimento - sem perda de controle		-	(12.756)	-	-
Aquisição de participação de não controladores		-	-	-	(19.050)
Transações com acionistas		-	-	-	177
Incentivo fiscal		-	-	381	463
Aquisição de imobilizado		-	-	(7.998)	(6.341)
Aquisição de ativo da concessão	11	-	-	(485.968)	(597.870)
Aquisição de intangível	12	-	-	(65.733)	(34.202)
Desconsolidação de controlada		-	-	-	(1.930)
Conta corrente líquida - partes relacionadas		-	(32.558)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	10	125.357	63.445	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		133.406	(28.620)	(2.287.449)	(676.214)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	14	-	245.846	2.745.968	1.499.477
Custo na captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	(59.189)	(19.181)
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14	(8.750)	(111.061)	(675.064)	(701.745)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		-	-	79.946	163
Instrumentos financeiros derivativos pagos		-	-	(4.452)	(6.677)
Diluição de participação societária		-	-	37.277	-
Conta corrente líquida - partes relacionadas		(51.280)	-	(62.791)	(22.558)
Dividendos pagos		(53.252)	(90.084)	(228.081)	(181.167)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento		(113.282)	44.701	1.833.614	568.312
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		43	(1.773)	52.081	2.317
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		13	1.786	29.926	27.609
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	56	13	82.007	29.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Grua Investimentos S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Aegea Investimentos S.A., é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, São Paulo – SP e tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista.

A Companhia tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades como quotista ou acionista.

A Companhia possui suporte financeiro da controladora direta Arcos Saneamento e Participações Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar suas obrigações.

COVID-19

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde “OMS”, declarou pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, alguns Estados adotaram medida de quarentena, determinando que os comércios e serviços não essenciais fossem fechados. Neste contexto, a Administração da Companhia vêm adotando, em conjunto com suas controladas, medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atua. Considerando a disseminação do vírus no Brasil e as implicações para a operação da Companhia e suas controladas, a Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”) acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e de toda a população atendida, assegurando a prestação dos seus serviços de água e esgoto, essenciais para a sociedade.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas implementaram as seguintes medidas:

- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus, realizando apenas as viagens essenciais para manutenção das operações;
- Suspensão dos treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;
- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia;
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais; e
- Implementação dos planos de contingências necessários para assegurar o fornecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios onde atuamos, que continuam em pleno funcionamento.

A Companhia e suas controladas também estão monitorando potenciais efeitos no capital de giro decorrentes de eventual aumento do estoque de contas a receber, em virtude da restrição de circulação de pessoas em algumas localidades, e está tomando medidas que visem à preservação e otimização do uso de recursos.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia está confiante de que irá superar o impacto do COVID-19, garantindo a qualidade nos serviços prestados à população.

Investigações em andamento envolvendo Companhias controladas indiretamente

Ribeirão Preto

A controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (“Aegea Engenharia”), teve administradores, procurador e funcionário alvos de procedimentos investigatórios, decorrente da operação denominada “Sevandija”. Da operação, resultou a propositura de ações, nos âmbitos cível e administrativo (abaixo descritas), bem como ação penal promovida pelo GAECO contra representantes do DAERP e da Aegea Engenharia, com ordem de bloqueio judicial expedida em novembro de 2019, no valor de R\$ 53.985.

A Operação Sevandija refere-se a diferentes investigações sobre supostos casos de corrupção praticados por empresas e agentes públicos ligados ao município de Ribeirão Preto.

Uma das investigações é sobre o contrato nº 50/2015, que perdurou de 17 de julho de 2015 até 28 de janeiro de 2017, celebrado entre o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (“DAERP”) e a Aegea Engenharia. Este contrato é questionado em diferentes processos, tramitando separadamente. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, os processos contra a empresa se encontravam nas seguintes situações:

- a. **Tribunal de Contas do Estado:** Cinco processos, sendo três deles gerados de ofício automaticamente em face da competência do Tribunal de examinar editais de licitação e respectivos contratos administrativos. Os processos têm como objetivo: 1) a análise do Edital e do Contrato; 2) acompanhamento da sua execução; 3) a análise do aditivo contratual; 4) apuração de representação formulada pela Associação Paulista das Empresas de Perfuração de Poços Profundos - Apepp na fase de licitação e 5) termo de rescisão do contrato. Os processos foram julgados sem qualquer sancionamento à controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. ou aos seus administradores, colaboradores e representantes, também não envolvendo apontamento crítico à fase externa da licitação;
- b. **Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual:** objetiva a anulação da concorrência pública nº 01/2014 e do respectivo contrato administrativo (50/2015). Este processo, que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Ribeirão Preto, está em fase de instrução probatória, tendo sido designadas perícias de engenharia (em curso) e contábil (ainda não iniciada), com a finalidade de apurar se houve irregularidades na execução do contrato, bem como esclarecer: (i) a situação de cada uma das obras contratadas; (ii) indicação de percentual do serviço realizado e o percentual já pago por cada uma delas; (iii) aferição do montante pago e que se encontra pendente de pagamento; (iv) se havia ligação de dependência entre as obras licitadas a necessitar da inclusão de todas no mesmo escopo; e (v) se a vencedora do certame tinha condições de, por si só, assumir todas as obras discriminadas. Quanto a perícia de engenharia, a primeira fase, concluiu que i) as obras executadas são de ótima qualidade; ii) os serviços medidos foram realmente executados; iii) cerca de 75% do contrato foi concluído e apenas 59% foram pagos à Aegea Engenharia; iv) a controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. é credora de R\$ 18.790; A segunda fase, que pretende esclarecer os preços contratuais, está em andamento. O Tribunal de Justiça, deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda., deferindo a substituição da ordem de indisponibilidade e bloqueio no valor de R\$ 25.000 por seguro garantia (já contratado e juntado aos autos) no valor de R\$ 32.500, o que já foi cumprido pelo juízo de origem, o qual emitiu ofícios de desbloqueio ao sistema BacenJud e à Jucesp. Em razão do Acordo de Não Persecução Cível celebrado, conforme fato relevante divulgado pela controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”) em 29 de outubro de 2020, o processo foi extinto;

- c. Em sede Administrativa, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP, instaurou dois procedimentos:** 1) Processo Administrativo Sancionador embasado em relatório de análise emitido unilateralmente pela contratante que apontou diferenças entre os serviços medidos e os serviços executados pela controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. Tais alegações, perderam o objeto com a admissão pelo DAERP da execução das obras através da emissão do termo de recebimento provisório da obra; 2) Há outro Processo Administrativo Sancionador, cujo o objeto é a aplicação de sanções administrativas/contratuais face ao suposto descumprimento contratual apurado na emissão do termo de recebimento provisório da obra. Em ambos processos, desde respectivamente 15 de fevereiro de 2017 e 12 de setembro de 2017, a controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. aguarda julgamento das defesas interpostas. Em razão do Acordo de Não Persecução Cível celebrado, conforme fato relevante divulgado pela Aegea Saneamento em 29 de outubro de 2020, os procedimentos foram encerrados;
- d. Câmara de Vereadores:** Comissão Parlamentar de Inquérito: promovida para apurar a ocorrência de irregularidades no contrato 50/2015. Iniciou em 16 de setembro de 2016, com prazo inicial de 120 dias. Decorrido tal prazo, sem que houvesse conclusão dos trabalhos da comissão, foi reaberta na nova legislatura, pelo mesmo prazo. Entretanto, com a falta de emissão do relatório final, foi solicitado, em 29 de março de 2018, nova prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da CPI. Findo o prazo em 30 de julho de 2018, houve nova prorrogação e, em 27 de novembro de 2018, anunciado na imprensa o relatório final, cuja apresentação resumida foi feita e aprovada no Plenário, no entanto, até a presente data ainda não foi oficialmente disponibilizado ou divulgado à controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. Em razão do Acordo de Não Persecução Cível celebrado, conforme fato relevante divulgado pela Aegea Saneamento 29 de outubro de 2020, referida Comissão Parlamentar de Inquérito perdeu o seu objeto;
- e. Ação de Improbidade movida pelo Ministério Público Estadual:** este processo busca a condenação da controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. e administradores, por ato de improbidade administrativa, fundado nos fatos oriundos do contrato nº 50/2015. Sua última atualização refere-se a decisão do Tribunal de Justiça de SP, que determinou o desbloqueio das quantias bloqueadas mediante concentração nas garantias já oferecidas na ação civil pública referida na alínea “b” precedente. Em razão do Acordo de Não Persecução Cível celebrado, conforme fato relevante divulgado pela Aegea Saneamento em 29 de outubro de 2020, o processo foi extinto;
- f. Ação de Improbidade movida pelo DAERP:** Em 14 de março de 2019, a autarquia municipal ajuizou a ação, a qual, em 28 de março de 2019, teve o deferimento de liminar que determinou o bloqueio de R\$ 224.926 nas contas bancárias da Aegea Saneamento, medida essa que foi objeto de recurso, cuja decisão monocrática (do Desembargador relator do recurso) determinou a devolução/liberação para a Aegea Saneamento do valor de R\$ 105.395. Em 20 de abril de 2020, foi proferido em sede de agravo de instrumento interposto pela Aegea Saneamento, para acórdão que admitiu a substituição do saldo de bloqueio por seguro garantia. Em razão do Acordo de Não Persecução Cível celebrado, conforme fato relevante divulgado pela Aegea Saneamento em 29 de outubro de 2020, o processo foi extinto;
- g. Operação Callichirus:** Em 13 de novembro de 2018, em decorrência da 5ª fase da Operação Sevandija, denominada Operação Callichirus, foi realizada busca e apreensão de documentos na sede da Aegea Saneamento, em São Paulo, e em sua filial em Santa Bárbara D'Oeste, bem como na residência de um funcionário, que foi detido temporariamente. Desta 5ª fase resultou uma ação penal (denúncia), que não envolveu nenhum colaborador ou representante da Aegea Saneamento ou da controlada indireta Aegea Engenharia, inclusive, tendo sido arquivada, a pedido do próprio Ministério Público, a investigação relativa ao funcionário então detido, cuja prisão, aliás, foi considerada “inidônea” pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ. A administração da Aegea Saneamento reitera que tem acompanhado os processos judiciais e administrativos decorrentes do contrato de empreitada nº 50/2015 desde 2016, através de investigação interna conduzida pela então Gerência de Integridade, bem como pela contratação de escritórios de advocacia para fins de investigação independente. Em razão do Acordo de Não Persecução Cível celebrado, conforme fato relevante divulgado pela Aegea Saneamento em 29 de outubro de 2020, a Aegea Engenharia, a Aegea Saneamento, seus funcionários e administradores, bem como demais empresas de seu grupo econômico não são mais alvos desta operação;

Em relação aos eventos supracitados, a Aegea Saneamento divulgou fato relevante em 29 de outubro de 2020, informando que foi homologado Acordo de Não Persecução Cível celebrado entre a Aegea Engenharia e Comércio Ltda., o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto - DAERP e o município de Ribeirão Preto, tendo a Aegea Saneamento ingressado como garantidora das obrigações financeiras de responsabilidade direta da controlada indireta Aegea Engenharia (“Acordo”), pelo qual a Aegea Engenharia, na qualidade de responsável financeira, se comprometeu a pagar e pagou o valor de R\$ 40.207, ao DAERP, além de ter assumido outras obrigações usuais nesse tipo de transação. Todas as obrigações, inclusive o pagamento do valor referido, foram devidamente cumpridas.

Os termos e condições do Acordo são sigilosos, nos termos da legislação aplicável, tendo as Partes signatárias do Acordo outorgado mutuamente quitação das obrigações decorrentes do contrato celebrado em Ribeirão Preto.

A decisão que homologou o Acordo, por consequência, atende ao melhor interesse da controlada indireta Aegea Saneamento, seus acionistas e stakeholders, mediante o encerramento dos processos e ações informadas nos itens “a”, “b”, “c”, “e” e “f”, acima. O Ministério Público Estadual, ademais, se obrigou, nos termos do Acordo não propor novas demandas em relação ao assunto.

Campo Grande

Em 11 de maio e 14 de novembro de 2017, a controlada indireta Águas Guariroba S.A. (“Águas Guariroba”) recebeu mandados de busca e apreensão e teve quebra dos sigilos bancário e fiscal, em razão de decisões liminares proferidas pela 3ª Vara Federal de Campo Grande/MS por conta de inquéritos investigatórios instaurados pela Polícia Federal no âmbito da operação “Lama Asfáltica” e seus desdobramentos.

Estas investigações decorrem de atos praticados por autoridades ocupantes de cargos públicos e/ou políticos, e pessoas a elas relacionadas, no estado do Mato Grosso do Sul, visando buscar e apreender documentos de possível interesse da investigação, relacionados a possíveis irregularidades em pagamentos efetuados pela Águas Guariroba a determinadas empresas e escritórios de advocacia.

No curso das investigações, nenhum representante ou administrador e colaborador, pretérito e atual da Águas Guariroba, foi indiciado, muito menos denunciado; sendo que, a menção feita à Águas Guariroba decorre dela ter mantido relacionamento comercial com pessoas e empresas investigadas.

O último desdobramento da Operação “Lama Asfáltica” foi a abertura de processos administrativos fiscais, pela Receita Federal do Brasil, em relação aos quais a Aegea Saneamento resolveu pagar, através de suas controladas, os tributos apontados como devidos. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o montante atingiu a cifra total de R\$ 27.563 em face do que ocorreu a extinção da punibilidade com o consequente arquivamento dos processos.

O Conselho de Administração da Aegea Saneamento contratou escritórios de advocacia e empresa de investigação independentes, com o objetivo de realizar investigação independente para apurar as alegações de fato apontadas na Operação Lama Asfáltica. No mais, a Aegea Saneamento permanece no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação dos fatos e tomar medidas que eventualmente se fizerem necessárias.

2 Entidades do grupo

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia em suas controladas diretas e indiretas, bem como suas atividades:

	Objeto social	Contrato de concessão ou edital n°	Data de término da concessão	% de Participação			
				2020		2019	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas							
Aegee Saneamento e Participações S. A.	(r)	-	-	58,90%	-	58,90%	-
Verona Saneamento e Investimentos S. A.	(r)	-	-	99,99%	-	99,99%	-
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	(a)	CN 04/96	05/2041	-	99,99%	-	99,99%
Águas Guariroba S.A.	(a)	104/2000	08/2060	-	99,99%	-	99,99%
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A.		001/2020	04/2051	-	99,90%	-	-
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A.		001/2019	-	-	99%	-	-
Ambiental MS Pantanal SPE S.A.		001/2020	-	-	100%	-	-
Aegee Engenharia e Comércio Ltda.	(d)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
AESAN Engenharia e Participações Ltda. (Anteriormente denominada FEAA Participações Ltda.)	(d) e (g)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Águas do Mirante S.A.	(b)	48/2012	06/2042	-	99,99%	-	99,99%
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	(a)	86/98	07/2045	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	(a)	48/2012	12/2042	-	99,91%	-	99,91%
Águas de Matão S.A.	(a)	002/2013	01/2044	-	99,99%	-	99,99%
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	(e)	-	-	-	85,99%	-	85,99%
Guaíba Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura		-	-	-	100%	-	-
JSLA Consultoria e Participações S.A.		-	-	-	99,94%	-	-
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	(f)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A.	(a)	02.117/2014	02/2044	-	100%	-	100%
Águas de Sinop S.A.	(a)	002/2014	09/2044	-	99,99%	-	99,99%
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.	(a)	056/2014	09/2049	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Guarantã Ltda.	(a)	45/2001	12/2030	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Matupá Ltda.	(a)	001/2001	01/2032	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda.	(a)	001/2003	07/2034	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Paranatinga S.A.	(a)	001/2014	03/2045	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Buritit Saneamento S.A.	(a)	001/2013	02/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Timon Saneamento S.A.	(a)	004/2014	01/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda.	(a)	001/2015	11/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda.	(a)	001/2015	09/2045	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Penha Saneamento SPE S.A.	(a)	194/2015	11/2050	-	99,00%	-	99,00%
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A.	(a)	016/2015	11/2050	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Ariqueemes Saneamento SPE Ltda.	(a)	194/2016	04/2046	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda.	(a)	2497/2012	07/2046	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.	(a)	06/2016	08/2051	-	99,99%	-	99,99%
Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A.	(j)	008/2017	06/2047	-	99,99%	-	99,99%
Camastra Participações e Administração S.A.		-	-	-	99,99%	-	-
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.	(a)	001/2016	06/2047	-	100%	-	100%
Regional 1 Engenharia e Participações Ltda. (anteriormente denominada AGSN Engenharia Ltda.)	(d)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Aegee Finance S. à R. L.	(k)	-	-	-	100%	-	100%
R3 Engenharia S.A. (anteriormente denominada Igarapé Engenharia S.A.)	(d)	-	-	-	100%	-	100%
Regional 2 Engenharia e Participações Ltda.		-	-	-	99,93%	-	-
Santense Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura		-	-	-	100%	-	-
Tertúlia Participações e Administração S.A.		-	-	-	100%	-	-
Aegee Desenvolvimento S.A.	(p)	-	-	-	100%	-	100%
AE Contact Call Center Ltda.	(q)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Igarapé Participações S.A.	(g)	-	-	-	100%	-	100%
Igarapé Sustentabilidade S.A.	(l)	-	-	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Manaus	(a)	-	-	-	100%	-	100%
Manaus Ambiental S.A.	(m)	02/2000	07/2045	-	100%	-	100%
Companhia de Saneamento de Norte	(n)	-	-	-	100%	-	100%
Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A.	(c)	001/2016	07/2045	-	100%	-	100%
AE Consultoria Administrativa S.A.	(g)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Sonel Engenharia S.A.	(i)	-	-	-	100%	-	100%
Mauá Participações Estruturadas em Saneamento Ltda.	(o)	-	-	-	100%	-	100%
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A.	(j)	034/2014	01/2045	-	100%	-	100%

	Objeto social	Contrato de concessão ou edital n°	Data de término da concessão	% de Participação			
				2020		2019	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas							
Nascentes do Xingu Investimentos S.A.	(g)	-	-	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Diamantino S.A.	(a)	002/2013	05/2044	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Confresa S.A.	(a)	03/2013	01/2044	-	51,00%	-	51,00%
Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A.	(h)	-	-	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Barra do Garças Ltda.	(a)	090/2003	09/2033	-	99,99%	-	99,99%
Águas de Sorriso S.A.	(a)	001/2000	06/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Poconé S.A.	(c)	146/2008	06/2024	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Primavera S.A.	(a)	001/05/2000	08/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Campo Verde S.A.	(a)	01/2001	11/2031	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Marcelândia S.A.	(a)	001/2003	06/2033	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Vera S.A.	(a)	001/2003	04/2041	-	51,00%	-	51,00%
Águas de União do Sul S.A.	(a)	001/2000	08/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de São José S.A.	(a)	01/2008	03/2038	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Santa Carmem S.A.	(c)	001/2001	11/2031	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Nortelândia S.A.	(c)	001/2002	01/2052	-	51,00%	-	51,00%
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	(a)	098/2003	12/2032	-	51,00%	-	51,00%
Saneamento Básico de Jangada S.A.	(a)	031/2004	06/2034	-	51,00%	-	51,00%
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	(a)	001/1998	08/2030	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Carlinda S.A.	(c)	001/04	01/2034	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Cláudia S.A.	(a)	033/2004	03/2034	-	51,00%	-	51,00%
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	(a)	013/2012	01/2042	-	51,00%	-	51,00%

- (a) Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- (b) Concessão de serviços públicos de esgotamento sanitário.
- (c) Concessão de serviços públicos de abastecimento de água.
- (d) (i) construção de rede de água e esgoto; (ii) supervisão de projetos; (iii) execução e supervisão de obras e serviços de engenharia; (iv) fornecimento de materiais e serviços; (v) serviço de transporte de materiais; (vi) serviços de demolições e restaurações; (vii) gerenciamento de obras públicas e privadas; (viii) serviços de controle tecnológico; (ix) locação de equipamentos de construção civil; (x) serviços de consultoria, assessoria, gerenciamento e intermediação, empresarial, comercial e negócios; (xi) participação em outras sociedades; (xii) serviços de apoio operacional; (xiii) assessoria em engenharia ambiental; (xiv) execução de projetos sócio ambientais; (xv) elaboração, contratação e execução de projetos sociais; (xvi) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; (xvii) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador.
- (e) (i) gestão de sistemas de saneamento; (ii) planejamento, elaboração, implantação e fornecimento de sistemas (software); (iii) participação em outras sociedades; e (iv) operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais.
- (f) Aluguel de veículos automotores, aluguel de máquinas e equipamentos, locação de aeronaves e aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais.
- (g) Participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.
- (h) Administrar bens móveis ou imóveis próprios e participação em outras sociedades.
- (i) Indústria da construção civil, saneamento, instalações elétricas e hidráulicas em geral, obras industriais, rodoviárias e incorporação e comércio de imóveis.
- (j) Execução de serviços, fornecimentos e obras de ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário.
- (k) Participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista, tanto em Luxemburgo quanto em outros países.
- (l) Prestação de serviços de consultoria e assessoria em questões de sustentabilidade do meio ambiente e a participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

- (m) execução, operação, manutenção e exploração dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários; (ii) a conservação, proteção e fiscalização de água; (iii) o controle, a prevenção e correção da poluição das águas; (iv) a participação em outras sociedades ou associações; (v) a compra e venda de produtos utilizados em saneamento básico; (vi) veiculação de propagandas comerciais; e (vii) a prestação de serviços aplicáveis em saneamento básico.
- (i) outras sociedades de participação, exceto holdings; (ii) captação, tratamento e distribuição de água, incluindo operação e abastecimento de água na cidade, medição de consumo de água, filtragem de água para fins de abastecimento, armazenagem em reservatórios e a distribuição de água através de uma permanente de linhas, tubulação e dutos, tratamento e distribuição de água de rios para fins de abastecimento; (iii) gestão de redes de esgoto; (iv) atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes; (v) construção de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; (vi) marketing direto.
- (n) Participação, como acionista ou quotista em outras sociedades que tenham por objeto atividades relacionadas ao saneamento ambiental, sejam essas simples ou empresárias.
- (o) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico.
- (p) (i) teleatendimento na modalidade de *call center*; (ii) gestão de cobrança extrajudicial, incluindo a modalidade de tele cobrança, cobrança de créditos em geral e gestão de informações cadastrais, compreendendo serviços de consultoria e assessoria administrativa em geral.
- (q) Atua na participação e administração de investimentos em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

A tabela abaixo apresenta os principais compromissos de investimento de suas controladas indiretas conforme contratos de concessão e seus aditivos:

Controladas indiretamente	Investimento contratual (a)	Metas específicas
Águas Guariroba S.A.	607.146	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; (ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão. (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa “Pavimentação e qualificação de vias urbanas” da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.
Prolagos S.A. - Concessionaria de Serviços Públicos de Água e Esgoto	848.379	(i) até 2022, 80% de coleta e tratamento de esgoto e 94% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (ii) a partir de 2023 até o final da concessão em 2041, 90% de coleta e tratamento de esgoto e 98% de produção e distribuição de água, nas áreas urbanas dos municípios da área de concessão; (iii) manter os níveis de redução de perdas em 30% até o final da concessão.
Águas do Mirante S.A.	332.627	Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto e foram definidos de acordo com o cronograma de marcos contratuais, os quais já foram finalizados.
Águas de Matão S.A.	75.016	Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos. Reduzir os índices de perdas em 2019 para 38%, 2024 para 30%, 25% de 2029 até o final da concessão.
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda.	78.876	Os índices de abastecimento de água, e da coleta e tratamento de esgoto já foram atendidos e deverão ser mantidos até o final da concessão. Reduzir o índice de perda em 2020 para 35%, 2021 para 30% e 25% em 2022 e mantê-lo até o final da concessão.
Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (b)	184.618	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2052, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2020 a 2026 para 20% e manter até o final da concessão.

Controladas indiretamente	Investimento contratual (a)	Metas específicas
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	9.274	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário de acordo com a seguinte escala: 2019 em 70%, 2020 em 80%, 2021 em 90% e, a partir de 2022 em 100%; (iii) reduzir os índices de perdas em 2022 para 26%, 25% de 2023 até o final da concessão.
Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A.	188.642	(i) ao final de 2019 atender em 48%, 2020 em 58% da população urbana com água tratada; (ii) ao final de 2024 deverá atingir 82% de cobertura de água e 38% de atendimento de esgotamento sanitário; (iii) ao final de 2029, deverá universalizar os serviços de abastecimento de água e ao final de 2037 universalizar o atendimento de esgotamento sanitário; (iv) reduzir os índices de perdas em 2019 para 53,8%, 2020 para 51%, 46% em 2022 e 30% de 2030 até o final da concessão.
Águas de Timon Saneamento S.A.	206.583	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir 3% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2020, 2022 atingir 33%, 2023 atingir 48%, 2024 atingir 72%, 2025 atingir 90% em 2026 deverá atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir as perdas em 2019 para 45%, 2020 para 43%, 2022 para 38%, 30% de 2026 até o final da concessão.
Águas de Sinop S.A.	453.128	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter os níveis de redução de perdas de 50% em 2019, 2020 em 45%, 2025 em 40%, 2030 em 35%, 2035 em 30% e a partir de 2040 em 25%; (iii) atingir as metas de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, 2019 em 50%, 2020 em 60%, 2021 em 70%, 2022 em 80%, 2023 em 90% e, a partir de 2024 em 98%.
Águas de Guarantã Ltda.	11.948	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) manter níveis de redução de perdas em 20%; (iii) atingir e manter a meta de cobertura do sistema de esgotamento sanitário em 99% a partir de dezembro de 2021.
Águas de Novo Progresso Ltda.	6.630	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) em 2023 atender 80% da população urbana com esgotamento sanitário.
Águas de Matupá Ltda.	9.231	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) em 2019 atender 70% da população urbana com esgotamento sanitário; (iii) manter níveis de redução de perdas em 20%.
Nascentes do Xingú Investimentos S.A. (c)	122.817	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população entre 2019 e 2044, de acordo com cada município; (iii) reduzir os índices de perdas entre 2023 a 2026 para 25% e manter até o final da concessão de acordo com cada município.
Águas de Buritit Saneamento S.A.	78.250	(i) com relação a cobertura de água potável: até 2020 atender 50%, até 2025 atender 70%, até 2030 atender 90% e até 2035 atender 100%; (ii) com relação a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto: até 2020 atender 50%, até 2025 atender 70%, até 2030 atender 90% de cobertura e até 2035 atender 100%; (iii) reduzir os índices de perdas até 2020 para 21%, 2023 para 20%, 21% de 2028 até o final da concessão.
Águas de Paranatinga Ltda.	37.619	(i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2021 atingir 12%, 2022 em diante aumentar a cobertura em 5% ao ano, até 2032 atingir a meta de 67%, a partir de 2033 atingir 70% e manter esse índice até o fim da concessão; (iii) até o final da concessão manter os índices de perdas em 48%.
Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda.	55.425	(i) cobertura com o sistema de abastecimento de água: 93% em 2019, 95% em 2020; 98% de 2021 a 2035; 99% de 2036 a 2041; e, 100% a partir de 2042; (ii) cobertura dos serviços de esgotamento sanitário: 21% em 2019, 31% em 2020; 40% em 2021; 55% em 2026; 70% em 2031; 80% em 2035; 90% em 2039; e, 100% a partir de 2042; (iii) reduzir até 2019 os índices de perdas para 39%, 2020 para 36%, 2021 para 32%, 28% de 2022 até o final da concessão.
Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.	229.883	(i) cobertura de 95% de rede de distribuição de água até 2027 e atingir o índice de 100% até o final da concessão, (ii) cobertura de 82% dos serviços de coleta e tratamento de esgotos até 2027 e 85% até 2030, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2019 os índices de perdas para 30%, 25% de 2024 até o final da concessão.
Águas de Camboriú Saneamento SPE Ltda.	159.007	(i) cobertura de 99% de água potável até 2019, 99,5% até 2020 e até 2021 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 40% de esgotamento sanitário até 2019, 75% até 2020, 100% até 2021, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 39%, 2023 para 35%, 30% de 2028 até o final da concessão.

Controladas indiretamente	Investimento contratual (a)	Metas específicas
Águas de Penha Saneamento SPE S.A.	181.115	(i) cobertura de 95% de água potável até 2020, 98% até 2024 e até 2026 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 61% de esgotamento sanitário até 2025, 90% até 2030 e até 2035 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2022 os índices de perdas para 30%, 25% de 2027 até o final da concessão.
Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A.	135.039	(i) manter a cobertura de 100% de água potável do início até o final da concessão, (ii) cobertura de 70% de esgotamento sanitário até final de 2019, 97% até 2024, devendo manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir até 2022 os índices de perdas para 30%, 25% de 2027 até o final da concessão.
Águas de Ariquemes Saneamento SPE Ltda.	194.537	(i) cobertura de 92% de água potável até 2021, 96% até 2023, até 2025 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 50% de esgotamento sanitário até 2021, 60% até 2023, 70% até 2026, 80% até 2027, 90% até 2031, até 2036 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 52%, 2020 para 49%, 2021 para 46%, 2022 para 43%, 2023 para 40%, 2024 para 37%, 2025 para 34%, 2026 para 31%, 2027 para 28%, 25% de 2028 até o final da concessão.
Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda.	96.484	(i) cobertura de 98% de água potável até 2022, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (ii) cobertura de 50% de esgotamento sanitário em 2019, 70% até 2022, 80% até 2024, 90% até 2028, 98% até 2032, 99% até 2038, até 2043 atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas em 2019 para 40%, 2020 para 36%, 2021 para 32%, 28% de 2022 até o final da concessão.
Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A.	-	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 62% em 2021, 66% em 2022, 71% em 2023, 75% em 2024, 88% em 2026, 95% em 2027 e deverá ser mantido até o final da concessão.
Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A.	-	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 80% em 2019, 84% em 2020, 88% em 2021, 91% em 2022, 95% em 2023 e deverá ser mantido até o final da concessão.
Águas de Teresina Saneamento SPE S.A.	1.731.583	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) ampliação da cobertura de água potável para 100% até 2020 e sua manutenção até o final da subconcessão; (ii) ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 31% até 2020, 59% em 2024, 80% até 2028 e atingir 90% em 2033 devendo manter esse índice até o final da subconcessão; (iii) reduzir os índices de perdas para 46% até 2020, 35% até 2024, 25% até 2028 mantendo o índice até o final da subconcessão.
Manaus Ambiental S.A.	3.307.651	As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) cobertura do serviço de água deverá atingir 98 % até 2045; (ii) cobertura do serviço de esgoto deverá atingir 90% até 2045.
Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento SPE S.A.	-	As metas de atendimento do esgotamento sanitário deverão atingir os seguintes índices: (i) 52% em 2022, 57% em 2023, 62% em 2024, 66% em 2025, 71% em 2026, 76% em 2027, 81% em 2028, 86% em 2029, 90% em 2030, 95% em 2031 e deverá ser mantido até o final da concessão
Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A.	-	(i) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 21,66% a 87,30% da população entre 2021 e 2054, de acordo com cada município.
(a) Valores históricos e referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos conforme os contratos de concessão e seus aditivos.		
(b) Refere-se as controladas Águas de Barra do Garças Ltda., Águas de Campo Verde S.A., Águas de Carlinda S.A., Águas de Cláudia S.A., Saneamento Básico de Jangada S.A., Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A., Águas de Marcelândia S.A., Águas de Nortelândia S.A., Saneamento Básico de Pedra Preta S.A., APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A., Águas de Primavera S.A., Águas de Poconé S.A., Águas de Santa Carmem S.A., Águas de São José S.A., Águas de Sorriso S.A., Águas de União do Sul S.A. e Águas de Vera S.A.		
(c) Refere-se as controladas Águas de Diamantino S.A. e Águas de Confresa S.A.		

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 12);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 17);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 19); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 25).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Controladas

As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Perda de controle

Se Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos, incluindo qualquer ágio, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas.

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

(iv) Investimento em empreendimento controlado em conjunto - Consórcios

Os Consórcios não tem responsabilidade jurídica própria, e devem ser considerados como um acordo através do qual as partes cooperam-se, mutuamente, para prestação de serviços. Os ativos, passivos e resultados dos Consórcios são registrados linha a linha pelas controladas na proporção de sua participação nos mesmos.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita de contrato com cliente

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados pela Companhia e suas controladas. Quando as controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Abaixo, estão descritas as informações sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas relacionadas a contratos com clientes.

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento.

(iii) Receitas de serviços

A receita de serviços prestados pela controladora referem-se a serviços de contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação que são apuradas através das economias ativas e números de funcionários e são reconhecidas no resultado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

(iv) *Receitas de construção ativo financeiro*

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que as controladas executam. A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado a medida que os custos são incorridos mais margem mensurada com base nos seus valores justos. Subsequentemente o recebível é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos menos as amortizações, sendo esse reconhecido no resultado como Remuneração do Ativo Financeiro. As margens justas mensuradas nas controladas indiretas Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A., Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. e Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A. pela margem de construção de 57,91%, 37,35% e 50,66% respectivamente.

(v) *Receitas de construção ativo intangível*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas da Companhia estimaram que eventual margem é próxima a zero.

d. *Instrumentos financeiros*

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como elas gerenciam seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasse, elas avaliam se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiram o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia e suas controladas efetivamente utilizam para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A Companhia e suas controladas utilizam contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como despesa financeira.

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

e. Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

(iii) Recompra de ações

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido, na medida em que não forem renegociadas ou canceladas.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

- As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado do exercício corrente e comparativo são as seguintes: benfeitorias e edificações 3 a 10 anos, móveis e utensílios 3 a 16 anos, equipamentos de informática 3 a 15 anos, e veículos, máquinas e equipamentos 3 a 30 anos.

A vida útil do direito de uso é estabelecida de acordo com o prazo de cada arrendamento estabelecido em contrato, levando em consideração os fatos e circunstâncias relevantes para manter ou rescindir, exercer ou cancelar a opção de prorrogar o contrato conforme o caso.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ativos intangíveis: itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item “p”, software e direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

As controladas da Companhia reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber e ativos contratuais

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia e suas controladas consideram o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. As controladas da Companhia realizaram o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos e privados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência.

As alterações de exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 26.

(ii) *Ativos não financeiros*

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

j. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e suas controladas definem que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas controladas tiveram uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início pois a taxa de juro implícita no arrendamento, não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

m. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tiveram uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, atualização monetária sobre habilitação de crédito de PIS E COFINS e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com encargos e variações monetárias sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre mútuo com partes relacionadas, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos e atualização obrigação de compra de ações. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

o. Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

A controlada indireta Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32% e soma-se 100% da receita financeira para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Lucro real

As demais controladas calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Subvenção governamental

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 algumas controladas da Companhia utilizam o benefício fiscal através de laudo constitutivo expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE ou pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, conforme área de atuação, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração das atividades incentivadas.

Face à existência do incentivo fiscal, a alíquota efetiva do Imposto de Renda somado à contribuição social é calculada à 15,25% (25% de IRPJ - 75% de redução do incentivo fiscal + 9% de CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em contrapartida as controladas deverão atender algumas obrigações, como o valor do imposto que deixar de ser pago, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e, após seu reconhecimento em conta de resultado pelo regime de competência, constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Imposto corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação e o lucro correspondente a operações com Órgãos Públicos ainda não recebidos. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre vendas

O PIS/PASEP e COFINS corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados na operação da Companhia e suas controladas. E para as controladas pelo regime cumulativo as alíquotas são de 0,65% para PIS e 3% para COFINS.

O PIS/PASEP e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, diferindo o recolhimento até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem.

p. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia e suas controladas adotam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

As controladas indiretas Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. e Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. possuem um direito incondicional de recebimento em espécie do montante dos investimentos realizados, razão pela qual possui um ativo financeiro junto à CESAN - Companhia Espírito Santense de Saneamento. Para as demais controladas, não estão previstos nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas estimaram que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

q. Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (equivalente ao IAS 23 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS).

r. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. A Companhia e suas controladas concluíram que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas:

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos.

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

s. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas que entrarão em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

t. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	6	-	100	165
Banco conta movimento	50	13	81.907	29.761
	56	13	82.007	29.926

Os saldos de caixa e banco conta movimento compreendem, basicamente, numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

6 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
CDB pós-fixadas	65% a 112% do CDI	Abril/2021 a Setembro/2024	87.685	93.314	2.151.203	645.427
Fundo de Investimento SAFIRA	77,21% do CDI	Indeterminado	-	-	316.617	315.901
Fundo de Investimento CEF TOP	74,80% do CDI	Indeterminado	-	-	23.460	23.102
Fundo de Invetimento CEF SAFIRA	94,75% do CDI	Indeterminado	-	-	129.747	-
Fundo de Investimento BNB	55,09% e 59,57% do CDI	Indeterminado	-	-	-	1.724
Fundo de Investimento CDB	98,30% do CDI	Indeterminado	-	-	-	42.028
Fundo de Investimento FI BRL REF DI	70,82% do CDI	Indeterminado	-	-	2.924	-
Fundo de Investimento BB Deposit SocGen	84,88% do CDI	Indeterminado	-	-	60.343	-
	0,21% a.a	Indeterminado	-	-	3.190	4.518
			87.685	93.314	2.687.484	1.032.700
Circulante			81.762	87.551	2.639.791	987.118
Não circulante			5.923	5.763	47.693	45.582

As aplicações financeiras pós-fixadas apresentadas no ativo circulante e no não circulante referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, operações compromissadas e caderneta de poupança, que podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada.

O montante apresentado no ativo não circulante, embora de liquidez diária, é mantido para cumprimento de obrigações das controladas. No que se refere aos financiamentos a cláusula contratual determina que as controladas da Companhia devem manter em conta reserva ou apresentar carta fiança, durante toda a vigência do contrato, saldo que corresponda ao equivalente a 3 contraprestações mensais, em relação a Caderneta de Poupança, segue-se a regra específica desse tipo de investimento.

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pela Capitania S.A., correspondem a aplicações em um fundo de investimentos multimercado crédito privado, não exclusivo, devidamente registrado junto a CVM. As cotas não têm prazo de vencimento, sendo resgatáveis a qualquer momento conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras e Títulos Públicos conforme previsto em sua política de investimentos.

Abaixo, segue carteira do Fundo gerido pela Capitania S.A.:

	Consolidado	
	2020	2019
Safira Fundo de Investimento Multimercado		
Aplicação em CDB	22.879	97
Operações compromissadas	83.322	29.099
Letras financeiras	164.740	75.010
Títulos públicos	45.676	211.697
	<u>316.617</u>	<u>315.903</u>

Os demais fundos são geridos respectivamente pela Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, BTG Pactual, *BRL Trust Investimentos* e Banco do Brasil que correspondem a aplicações em fundos de investimento com a carteira composta por títulos públicos, não exclusivos, devidamente registrados junto à CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez das controladas da Companhia.

As aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face a necessidade de investimento na infraestrutura assim como reserva de liquidez da Companhia e suas controladas.

A aplicação financeira modalidade Deposit SocGen no valor de R\$ 3.190 (equivalente a US\$ 614 considerando a PTAX do dia 31 de dezembro de 2020 de R\$ 5,1967) no Banco Societé Generale, possui remuneração média de 0,21% a.a. sem data de vencimento estabelecida, sendo sua liquidez diária.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Movimentação das aplicações financeiras				
Saldo inicial	93.314	43.860	1.032.700	1.397.548
Aplicações	424.344	506.037	7.369.525	6.224.174
(-) Resgate de principal	(429.273)	(455.377)	(5.713.021)	(6.580.065)
(-) Resgate de juros	(3.120)	(3.809)	(39.673)	(53.270)
(-) Incidência de IR	(702)	(670)	(8.260)	(13.681)
(-) Incidência de IOF	(4)	(100)	(45)	(348)
Ajuste de conversão de balanço (i)	-	-	1.395	195
Juros no exercício	3.126	3.373	44.863	58.147
Saldo final	<u>87.685</u>	<u>93.314</u>	<u>2.687.484</u>	<u>1.032.700</u>

(i) O saldo de ajuste de tradução de balanço refere-se a conversão de moeda da controlada Aegea Finance S. à R. L. para a moeda funcional da Companhia.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Faturamento de serviços de água e esgoto	1.245.631	1.093.874
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	94.755	89.346
Ativo financeiro de concessão – clientes públicos (a)	202.286	220.640
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	<u>(369.199)</u>	<u>(367.199)</u>
	1.173.473	1.036.661
Circulante	780.249	668.493
Não circulante	<u>393.224</u>	<u>368.168</u>

Movimentação do ativo financeiro da concessão

	2020	2019
Saldo inicial	220.640	182.506
Receita decorrente de serviços de construção	34.260	76.735
Receita de ativo financeiro (nota explicativa nº 19)	6.116	15.909
(-) Recebimento decorrente do contrato de concessão do exercício	(55.413)	(49.726)
(-) Impostos retidos	<u>(3.317)</u>	<u>(4.784)</u>
Saldo ativo financeiro de concessão	202.286	220.640

- (i) Este saldo refere-se à parcela das contas a receber que ainda não encontra-se faturada, em decorrência do reconhecimento da receita respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação de estágio de conclusão de obra através dos custos incorridos.

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água, esgoto e engenharia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim representado:

Classe de consumidor	Consolidado						
	Saldos vencidos – 2020						Total em 2020
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	
Residencial	139.854	185.111	85.917	76.631	61.362	409.021	548.875
Comercial	20.829	32.386	20.146	18.207	10.801	81.540	102.369
Industrial	1.346	1.934	1.191	1.660	920	5.705	7.051
Setor público	15.771	23.180	16.774	21.040	13.428	74.422	90.193
Subtotal consumidores	<u>177.800</u>	<u>242.611</u>	<u>124.028</u>	<u>117.538</u>	<u>86.511</u>	<u>570.688</u>	<u>748.488</u>
Renegociações (i)	<u>396.832</u>	<u>47.606</u>	<u>26.965</u>	<u>17.999</u>	<u>7.741</u>	<u>100.311</u>	<u>497.143</u>
	574.632	290.217	150.993	135.537	94.252	670.999	1.245.631

Classe de consumidor	Consolidado						
	Saldos vencidos – 2019						Total em 2019
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	De 361 a 720 dias	Mais de 721 dias	Total	
Residencial	122.125	148.219	76.144	62.500	102.708	389.571	511.696
Comercial	23.711	26.966	13.156	6.977	26.982	74.081	97.792
Industrial	1.391	1.821	1.386	867	1.388	5.462	6.853
Setor público	21.434	26.454	10.203	9.833	12.609	59.099	80.533
Mista (comercial e residencial)	-	-	-	-	12.966	12.966	12.966
Subtotal consumidores	<u>168.661</u>	<u>203.460</u>	<u>100.889</u>	<u>80.177</u>	<u>156.653</u>	<u>541.179</u>	<u>709.840</u>
Renegociações (i)	<u>318.583</u>	<u>41.680</u>	<u>15.671</u>	<u>16.320</u>	<u>4.746</u>	<u>78.417</u>	<u>397.000</u>
	487.244	245.140	116.560	96.497	161.399	619.596	1.106.840

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2020 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 65.924 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 5,91% a.a. (R\$ 79.604 e 5,92% em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 13.680 de reversão de ajuste a valor presente (R\$ 44.503 de provisão de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas está o parcelamento de débitos e um programa recorrente de cortes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa têm a seguinte movimentação em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Saldo em 2019	Resultado			Saldo em 2020
		Adições	Reversões	Baixas	
Privado (iii)	(247.884)	(111.274)	183.614	-	(175.544)
Público	(7.573)	(5.936)	3.523	-	(9.986)
Renegociações	(111.742)	(126.076)	54.149	-	(183.669)
	<u>(367.199)</u>	<u>(243.286)</u>	<u>241.286</u>	<u>-</u>	<u>(369.199)</u>

Natureza	Saldo em 2018	Consolidado Resultado			Saldo em 2019
		Adições	Reversões (iii)	Baixa de Controlada (iv)	
Privado (ii)	(193.254)	(123.608)	68.978	-	(247.884)
Público	(23.256)	(5.312)	3.883	17.112	(7.573)
Renegociações	(60.866)	(95.155)	44.279	-	(111.742)
	<u>(277.376)</u>	<u>(224.075)</u>	<u>117.140</u>	<u>17.112</u>	<u>(367.199)</u>

As baixas e recuperações de títulos têm a seguinte movimentação no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Natureza	Consolidado Resultado		
	Baixas	Recuperações (v)	Total em 2020
Privado (ii)	(64.668)	106.039	41.371
Público	(2.812)	848	(1.964)
Renegociações	(61.005)	46.053	(14.952)
	<u>(128.485)</u>	<u>152.940</u>	<u>24.455</u>

Natureza	Consolidado Resultado		
	Baixas	Recuperações (v)	Total em 2019
Privado (ii)	(52.333)	129.918	77.585
Público	(1.645)	3.862	2.217
Renegociações	(40.604)	18.577	(22.027)
	<u>(94.582)</u>	<u>152.357</u>	<u>57.775</u>

- (ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.
- (iii) No valor de R\$ 241.286 na coluna de reversões, R\$ 107.975 refere-se ao estorno da provisão para efetivação da baixa, tendo como contrapartida o próprio contas a receber, não tendo efeito no resultado do exercício.
- (iv) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação das controladas da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração, com base nos termos supracitados, determinou que a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões, segregados entre as classes de usuários privados, públicos e renegociações.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS - Programa de integração social	-	-	717	892
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	-	-	3.289	4.089
ISS – Imposto sobre serviços retidos	-	-	56	273
PIS/ COFINS/ CSLL retidos	-	-	17	178
INSS retido na fonte	-	-	9.354	26.071
Tributos pagos a maior	-	-	-	12.042
ICMS retido	-	-	878	819
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	1.620	-	1.631	125
Crédito de PIS/COFINS com decisão judicial (i)	-	-	135.830	-
Outros impostos a recuperar	-	-	1.384	417
Imposto de renda e contribuição social	1.574	2.474	57.477	61.527
	<u>3.194</u>	<u>2.474</u>	<u>210.633</u>	<u>106.433</u>
Circulante	3.194	2.474	84.001	83.590
Não circulante	-	-	126.632	22.843

- (i) Conforme nota explicativa nº 17, letra “c”, devido a decisão favorável do direito a inexigibilidade de PIS/COFINS sobre os serviços prestados, além do direito à restituição dos valores depositados judicialmente a controlada indireta Manaus Ambiental S.A. (“Manaus Ambiental”) reconheceu em março de 2020 os créditos tributários do período coberto pela ação judicial relativo aos valores efetivamente pagos, corrigidos pela SELIC. No dia 29 de julho de 2020, a Manaus Ambiental formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil o qual foi deferido em 18 de setembro de 2020.

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício, pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2020, as respectivas remunerações totalizaram o montante de R\$ 96.152 (R\$ 94.875 em 31 de dezembro de 2019), no consolidado.

Não houveram pagamentos na controladora, tanto em 2020 quanto em 2019.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda., que detêm 98,53229% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo não circulante				
Contas correntes a receber de partes relacionadas				
Arcos Saneamento e Participações Ltda. (a)	164.361	164.361	164.361	164.361
Equipav S.A Pavimentação Engenharia e Comércio	62.767	47.640	62.767	47.640
Saneamento 100% Investimento e Participações S.A.	24	-	24	-
Total do ativo	227.152	212.001	227.152	212.001
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações	783	1.324	783	1.324
	783	1.324	783	1.324
Contas correntes a pagar para partes relacionadas				
Aegee Saneamento e Participações S.A. (b)	-	36.129	-	-
Mobit Mobilidade e Participações S.A. (a)	1.823	1.823	1.823	1.823
	1.823	37.952	1.823	1.823
Total do passivo	2.606	39.276	2.606	3.147

- (a) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no ativo não circulante e passivo não circulante, e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.
- (b) Em 30 de setembro de 2014, a controlada Aegee Saneamento e Participações S.A. celebrou acordos de cessão de créditos e assunção de dívidas. Com isso a Companhia passou a centralizar um passivo total de R\$ 36.129 com sua controlada Aegee Saneamento e Participações S.A.

10 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	2020	2019
Investimentos em controladas		
Aegee Saneamento e Participações S.A.	900.798	807.376
Total do investimento	900.798	807.376
Verona Saneamento e Investimentos S.A.	(40.495)	(26.534)
Total do passivo a descoberto	(40.495)	(26.534)

b. Composição dos investimentos

	Aegea Saneamento e Participações S.A.	
	2020	2019
Capital social	(88.444)	(888.444)
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias (lotes de mil)	691.602.245	691.602.245
Ações preferenciais (lotes de mil)	138.832.473	138.832.473
Participação na investida em %	49,05%	49,05%
Resultado do exercício acionistas controladores	504.271	299.892
Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2020	1.957.426	1.763.045
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2020	960.123	864.780
(-) Dividendos de ações preferenciais em poder de terceiros	(23.666)	(20.124)
(-) Eliminação do ganho na venda de participação em controlada indireta, recebido de aporte de controladora	(35.660)	(37.280)
Valor do investimento ajustado em 31 de dezembro de 2020	900.798	807.376

c. Movimentação dos investimentos

	Aegea Saneamento e Participações S.A.
Valor do investimento em 1º de janeiro de 2019	727.942
Equivalência patrimonial	136.197
Valor recebido na alienação de investimentos	(13.900)
Ganho na alienação de participação em investidas	5.217
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(63.445)
Diluição de participação societária em controlada (ii) – (a) e (c)	(21.313)
Reflexo de efeitos no patrimônio líquido da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A.	36.678
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2019	807.376
Equivalência patrimonial	163.422
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	(125.357)
Diluição de participação societária em controlada (ii) – (a) e (c)	(6.091)
Reflexo de efeitos no patrimônio líquido da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A.	61.448
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2020	900.798

(i) Exercício de 2019

- (a) Em fevereiro, abril, maio e julho de 2019, a Companhia vendeu parte correspondente a 3.742.297 ações ordinárias representando 0,529524% do capital social votante da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. para a Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia.
- (b) Em 05 de dezembro de 2019, a Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, aumentou o capital social de sua controlada Saneamento 100% Investimento e Participações S.A. mediante a conferência de 94.767.240 das ações ordinárias nominativas de emissão da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A..

- (c) Em 17 de dezembro de 2019, a controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. e seus acionistas celebraram contrato de compra e venda de ações para aquisição, da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pela *International Finance Corporation* (“IFC”) e pelo IFC GIF Brasil – Fundo de Investimento em Participações (“IFC GIF BRASIL”). Da totalidade das ações detidas pela IFC e pelo IFC GIF Brasil, 92.742.633 ações foram adquiridas pela Saneamento 100% Investimento e Participações S.A., e 24.370.866 ações foram adquiridas pela própria controlada Aegea Saneamento e Participações S.A.. As ações foram adquiridas pela controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. pelo montante de R\$ 106.579, sendo essas canceladas em ato contínuo.
- (d) Em 30 de dezembro de 2019, a *Atlantic Investco S.à.R.L.*, transferiu a totalidade das 131.940.932 ações ordinárias e 103.653.713 ações preferenciais classe A por ela detidas no capital social da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. à *Angelo Investment Private Limited*, ambas são afiliadas e indireta e integralmente detidas pelo Ministério das Finanças do Governo de Singapura. (“GIC”).

(ii) Exercício de 2020

- (a) Em 10 de janeiro de 2020, foi aprovada a emissão de 1.000 novas ações da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A., preferenciais classe C, nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, ao preço de emissão de R\$ 3,71429053 (em reais) por ação, sendo 0,3% destinado à conta de capital social e 99,7% destinado à conta de reserva de capital. Tais ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela controlada Verona Saneamento e Investimentos S.A., em moeda corrente, tendo todos os demais acionistas cedido a seus direitos de preferência, nas proporções necessárias para permitir que esta subscrevesse as ações preferenciais ora emitidas.

d. Participação no ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Aegea Saneamento e Participações S.A reconheceu participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da sua política de *hedge* de fluxo de caixa, assim como, de suas controladas diretas Águas Guariroba S.A., Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A., Águas de Matão S.A., Igarapé Participações S.A. e sua controlada indireta Águas de Barra do Garças Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 26.

11 Ativo de contrato da concessão

	Consolidado	
	2020	2019
Ativo de contrato da concessão	561.223	1.048.980

Referem-se ao direito contratual da concessionária de cobrar dos usuários os serviços públicos de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Intangível (nota explicativa nº 12).

	Consolidado				
	Saldo em 2019	Adições (i)	Baixas	Transferências (ii)	Saldo em 2020
Ativo de contrato da concessão	1.048.980	524.440	(4.649)	(1.007.548)	561.223

	Consolidado				
	Saldo em 2018	Adições (i)	Baixas	Transferências (ii)	Saldo em 2019
Ativo de contrato da concessão	574.524	645.603	-	(171.147)	1.048.980

- (i) A aquisição de ativo de contrato da concessão na demonstração dos fluxos de caixa está líquida:

- Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$ 41.810 à uma taxa média de 6,72% a.a. (R\$ 47.703 e 8,22% a.a. em 31 de dezembro de 2019); e,
 - Indenização por desapropriação líquida em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 3.338 (R\$ 1.770 em 31 de dezembro de 2019) (nota explicativa nº 17).
- (ii) Refere-se a transferência de ativo de contrato da concessão para ativo intangível à medida que as obras são concluídas e iniciam a fase de operação.

12 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Consolidado						
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2020			2019
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura (i)						
Outorga / Contrato de concessão	de 19 a 60	3,1%	1.100.777	(204.061)	896.716	896.046
Instalações técnicas de saneamento	de 02 a 48	4,5%	2.986.479	(936.821)	2.049.658	1.337.762
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	4,0%	1.737.766	(583.803)	1.153.963	1.138.662
Máquinas e equipamentos	de 03 a 48	6,5%	324.743	(141.566)	183.177	94.501
Outros componentes	de 03 a 48	5,6%	9.572	(3.409)	6.162	24.300
			<u>6.159.337</u>	<u>(1.869.661)</u>	<u>4.289.676</u>	<u>3.491.271</u>
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	10%	185.754	(54.001)	131.753	129.825
			<u>185.754</u>	<u>(54.001)</u>	<u>131.753</u>	<u>129.825</u>
			<u>6.345.091</u>	<u>(1.923.662)</u>	<u>4.421.429</u>	<u>3.621.096</u>

Consolidado						
Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2019			2018
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura (i)						
Outorga / Contrato de concessão	de 19 a 60	3,1%	1.049.808	(153.762)	896.046	926.360
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 42	4,2%	2.434.441	(1.096.679)	1.337.762	1.339.112
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 48	3,7%	1.386.709	(248.047)	1.138.662	1.104.752
Máquinas e equipamentos	de 03 a 48	8,0%	197.368	(102.867)	94.501	100.737
Outros componentes	de 03 a 42	6,1%	68.163	(43.863)	24.300	59.831
			<u>5.136.489</u>	<u>(1.645.218)</u>	<u>3.491.271</u>	<u>3.530.792</u>
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	26%	164.756	(34.931)	129.825	107.800
			<u>164.756</u>	<u>(34.931)</u>	<u>129.825</u>	<u>107.800</u>
			<u>5.301.245</u>	<u>(1.680.149)</u>	<u>3.621.096</u>	<u>3.638.592</u>

b. Movimentação do custo

Ativo	Consolidado				
	2019	2020			Líquido
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura (i)					
Outorga / Contrato de concessão	1.049.808	62.351	-	(11.382)	1.100.777
Instalações técnicas de saneamento	2.434.441	387.178	(500)	165.360	2.986.479
Edificações de estações de tratamento	1.386.709	606.331	(11.087)	(244.187)	1.737.766
Máquinas e equipamentos	197.368	7.698	(956)	120.633	324.743
Outros componentes	68.163	7.328	(295)	(65.624)	9.572
	<u>5.186.103</u>	<u>1.070.886</u>	<u>(12.838)</u>	<u>(35.200)</u>	<u>6.159.337</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	164.756	14.728	(2.053)	8.323	185.754
	<u>164.756</u>	<u>14.728</u>	<u>(2.053)</u>	<u>8.323</u>	<u>185.754</u>
	<u>5.301.245</u>	<u>1.085.614</u>	<u>(14.891)</u>	<u>(26.877)</u>	<u>6.345.091</u>

Ativo	Consolidado				
	2018	2019			Líquido
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura (i)					
Outorga / Contrato de concessão	1.058.714	-	-	(8.906)	1.049.808
Instalações técnicas de saneamento	2.307.423	77.776	4	49.238	2.434.441
Edificações de estações de tratamento	1.300.027	79.154	(111)	7.639	1.386.709
Máquinas e equipamentos	190.318	3.245	(720)	4.525	197.368
Outros componentes	113.581	10.972	(706)	(55.684)	68.163
	<u>4.970.063</u>	<u>171.147</u>	<u>(ii) (1.533)</u>	<u>(3.188)</u>	<u>5.136.489</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	128.792	34.202	(1.426)	3.188	164.756
	<u>128.792</u>	<u>34.202</u>	<u>(1.426)</u>	<u>3.188</u>	<u>164.756</u>
	<u>5.098.855</u>	<u>205.349</u>	<u>(2.959)</u>	<u>-</u>	<u>5.301.245</u>

c. Movimentação da amortização

Ativo	Consolidado				
	2019	2020			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Direito de exploração da infraestrutura (i)					
Outorga / Contrato de concessão	(153.762)	(51.051)	-	752	(204.061)
Instalações técnicas de saneamento	(1.096.679)	(109.750)	-	269.608	(936.821)
Edificações de estações de tratamento	(248.047)	(65.083)	1.817	(272.490)	(583.803)
Máquinas e equipamentos	(102.867)	(14.061)	833	(25.471)	(141.566)
Outros componentes	(43.861)	(2.331)	129	42.653	(3.410)
	<u>(1.645.216)</u>	<u>(242.276)</u>	<u>2.779</u>	<u>15.052</u>	<u>(1.869.661)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(34.931)	(16.919)	174	(2.325)	(54.001)
	<u>(34.931)</u>	<u>(16.919)</u>	<u>174</u>	<u>(2.325)</u>	<u>(54.001)</u>
	<u>(1.680.147)</u>	<u>(259.195)</u>	<u>2.953</u>	<u>12.727</u>	<u>(1.923.662)</u>

Ativo	Consolidado				
	2018	2019			Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transfe-rências	
Direito de exploração da infraestrutura (i)					
Outorga / Contrato de concessão	(130.733)	(23.029)	-	-	(153.762)
Instalações técnicas de saneamento	(968.311)	(116.262)	-	(12.106)	(1.096.679)
Edificações de estações de tratamento	(195.275)	(50.335)	4	(2.441)	(248.047)
Máquinas e equipamentos	(89.581)	(11.220)	422	(2.488)	(102.867)
Outros componentes	(53.748)	(7.663)	580	16.970	(43.861)
	<u>(1.437.648)</u>	<u>(208.509)</u>	<u>1.006</u>	<u>(65)</u>	<u>(1.645.216)</u>
Software					
Licença de uso de <i>Software</i>	(20.992)	(14.004)	-	65	(34.931)
	<u>(20.992)</u>	<u>(14.004)</u>	<u>-</u>	<u>65</u>	<u>(34.931)</u>
	<u>(1.458.640)</u>	<u>(222.513)</u>	<u>1.006</u>	<u>-</u>	<u>(1.680.147)</u>

- (i) O valor de R\$ 26.088 de baixas, líquido de amortização no valor de R\$ 11.938, está composto conforme segue:
- (a) Baixa de ativo descontinuado no valor de R\$ 9.375, líquido de amortização no valor de R\$ 1.917, reconhecido em Outras Despesas Operacionais.
- (b) Baixa de R\$ 2.563, líquido de amortização no valor de R\$ 1.036, por alienação reconhecido em Outras Despesas Operacionais.
- (ii) Transferência para o ativo imobilizado no valor de R\$ 14.150, líquido da amortização no valor de R\$ 12.727. Não houve impacto no resultado.

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções, melhorias na infraestrutura e outorga/contrato de concessão. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2020.

Em abril de 2012, foram celebrados entre a controlada indireta Águas Guariroba S.A. e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3º e o 4º termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 (“prazo da concessão”), como consequência de reequilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais ao escopo inicial e em função à incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto não prevista no contrato original.

Na sequência, a partir de 2014, a controlada indireta Águas Guariroba S.A. recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa “Pavimentação e qualificação de vias urbanas” da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgoto previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC).

A controlada indireta Águas Guariroba S.A., recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

A controlada indireta Águas Guariroba S.A., em defesa dos seus interesses e para a manutenção dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, interpôs recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em desfavor à Decisão Liminar nº 122/2017, que determinou a suspensão cautelar do 3º e do 4º termo aditivo. No julgamento do mencionado recurso, ocorrido no dia 11 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, por maioria de votos, decidiu dar provimento parcial ao recurso de agravo de instrumento, determinando a retirada do 4º termo aditivo da decisão liminar nº 122/2017, mantendo, porém, a suspensão do 3º termo aditivo. Em resposta, a controlada indireta Águas Guariroba S.A. opôs embargos de declaração alegando omissão no acórdão exarado, sendo que esta medida foi rejeitada em 06 de junho de 2018. Atualmente, o processo administrativo está em fase de instrução para que seja julgado o mérito. A sua probabilidade de perda é remota.

O processo licitatório nº 001/2016 da controlada indireta Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. da Subconcessão de Teresina possui processos judiciais em andamento os quais versam sobre o resultado da fase da proposta técnica da licitação, bem como a competência para julgamento dessas ações, e foram classificados por nossos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível. Estes processos tiveram origem em questionamento formulado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, o qual foi recentemente julgado por esta corte no sentido de estabilizar a vigência da subconcessão.

Na hipótese de ser decretada a anulação da subconcessão vinculada aos processos judiciais em andamento, o poder concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços subconcedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a subconcessionária assinou o contrato de subconcessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade. Ainda, a recente decisão do TCE/PI, decidiu pela estabilização do contrato de subconcessão, reforçando especificamente os possíveis impactos financeiros para o Estado do Piauí decorrentes das indenizações cabíveis como consequência inexorável de uma eventual anulação da subconcessão.

Impairment

A Administração da Companhia e suas controladas diretas e indiretas não identificaram qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2020. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas efetuam a revisão da vida útil dos ativos sempre quando há mudanças nas estimativas.

O valor recuperável da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas foram baseados no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

A taxa de desconto utilizada como premissa na estimativa do valor é condizente com as taxas de mercado. A taxa de desconto é uma taxa após impostos baseada na ponderação do custo de capital da Companhia e de suas controladas, composto por capital próprio e capital de terceiros, sendo:

- Custo de capital próprio: com base nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda dos fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.
- Custo de capital de terceiros: com base na taxa média refletida pela composição do endividamento total da Companhia e de suas controladas.

13 Fornecedores e empreiteiros

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prestação de serviços e empreiteiros a pagar	50	18	199.791	209.529
	<u>50</u>	<u>18</u>	<u>199.791</u>	<u>209.529</u>

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Controladora		Consolidado	
				2020	2019	2020	2019
Debêntures (a) - CDI	CDI + 0,65% a 2,50% a.a.	Abr/21 a Jul/26	2.994.400	248.668	250.819	2.820.809	1.804.563
Debêntures (a) - IPCA	IPCA + 4,40% a 7,08% a.a.	Ago/24 a Jul/29	807.600	-	-	862.990	526.166
Loan Proparco (b)	Libor + 3,25% a.a.	Dez/26	136.322	-	-	129.026	116.226
Projeto BNDES (c)	Pré 3,0% a 6,0% a.a. a SELIC + 1,94% a 3,13% a.a. e TJLP + de 1,94% a.a. a 3,90% a.a.	Fev/21 a Fev/39	48.682	-	-	492.363	433.488
Projeto CEF (d)	TR + 8,5%	Fev/39 a Dez/39	236.097	-	-	288.259	293.532
Sênior Notes (Bonds) (e)	USD + 5,75% a.a.	Out/24	1.266.920	-	-	2.088.508	1.615.933
Finisa e Finame	Pré 3,50% a 6% a.a.	Nov/24	5.086	-	-	2.011	2.643
Capital de Giro (f)	SELIC + 2,53% a.a.	Ago/23	30.000	-	-	28.930	31.569
Notas promissórias Comerciasi (g)	CDI + 1,10% a.a.	Jan/23 a Mar/23	500.000	-	-	514.005	414.295
Projeto BNB(h)	IPCA + 1,17% a.a.	Setembro/38	33.631	-	-	33.853	32.778
Cédula de crédito bancário(i)	CDI + 3,50% a 4,65% a.a.	Nov/21-Out/23	600.000	-	-	600.499	-
Empréstimo (j)	CDI + 2,50% a.a.	Jan/21 a Mar/23	40.000	22.502	30.066	22.502	30.066
				<u>271.170</u>	<u>280.885</u>	<u>7.883.755</u>	<u>5.301.259</u>
Circulante				37.248	13.146	913.454	750.723
Não circulante				233.922	267.739	6.970.301	4.550.536

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida – empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2020	2020
2022	10.000	247.114
2023	2.512	842.559
2024	-	2.155.619
2025 em diante	-	632.299
	<u>12.512</u>	<u>3.877.591</u>

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2020	2020
2022	50.000	376.750
2023	50.000	1.079.996
2024	50.000	552.094
2025 em diante	75.000	1.181.185
	<u>225.000</u>	<u>3.190.025</u>

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	2020	2020
Custo de captação (não circulante)	(3.590)	(97.315)
Total	<u>(3.590)</u>	<u>(97.315)</u>

Movimentação das dívidas	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	280.885	173.881	5.301.259	4.382.576
Captações	-	250.000	2.745.968	1.503.631
(-) Pagamentos do principal	(8.750)	(142.700)	(675.064)	(701.745)
(-) Pagamentos de juros	(16.853)	(12.765)	(361.188)	(291.663)
Provisão de juros	14.692	16.623	359.173	300.324
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão (nota explicativa nº 10, item “i”, letra “a”)	-	-	41.810	47.703
Ajuste de tradução de balanço (i)	-	-	473.872	(713)
(-) Custo de captação do exercício	-	(5.820)	(59.189)	(25.001)
Amortização do custo de captação do exercício	1.196	1.666	23.439	16.710
Variação cambial	-	-	33.674	69.437
Saldo final	<u>271.170</u>	<u>280.885</u>	<u>7.883.754</u>	<u>5.301.259</u>

- (i) O saldo de ajuste de tradução de balanço refere-se a conversão de moeda da controlada indireta Aegea Finance S. à R. L. para a moeda funcional da Companhia.

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 114.256 (R\$ 78.978 em 31 de dezembro de 2019), considerando o ajuste de tradução de balanço no montante de R\$ 4.291 (R\$ 638 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram reconhecidos conforme definições do IAS 32 e do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(a) Debêntures

Em abril de 2015, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 140.000 debêntures não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais fidejussórias, com valor nominal total de R\$ 140.000 e prazo de vencimento em 30 de abril de 2021. A Companhia obriga-se a observar uma série de restrições relacionadas a tais debêntures, dentre elas as mais importantes são: (i) Penhor das ações, equivalentes a 17 % das ações ordinárias, representativas do capital social da controlada direta Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea Saneamento”); (ii) Cessão fiduciária de recebíveis do fluxo de dividendos a serem distribuídos pela controlada direta Aegea Saneamento à Companhia vinculados às ações empenhadas no âmbito do penhor de ações; e (iii) Cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da conta reserva.

Em julho de 2017, mediante a 3ª emissão, a controlada indireta Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. (“Nascentes do Xingu”) emitiu 155.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única (IPCA), da espécie quirografária, não conversíveis em ações, no valor nominal total de R\$ 155.000, com garantia fidejussória prestada pela Aegea Saneamento. O desembolso ocorreu em agosto de 2017 e o pagamento é devido em duas parcelas anuais em agosto de 2023 e de 2024, sendo seus juros pagos semestralmente a partir de fevereiro de 2018.

Em setembro de 2017, mediante a 3ª emissão, a controlada indireta Águas Guariroba S.A. (“Guariroba”) emitiu 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, com valor nominal total de R\$ 400.000. As debêntures da 1ª série serão pagas em três parcelas anuais em setembro de 2020, de 2021 e de 2022 e os juros pagos semestralmente a partir de março de 2018. As debêntures da 2ª série foram canceladas. As garantias mais importantes relacionadas a tais debêntures são: (i) garantia fidejussória assumida pela Companhia; (ii) cessão fiduciária equivalente a 25% dos direitos creditórios da Guariroba; e (iii) penhor de 25% das ações da Guariroba, detidas pela Aegea Saneamento.

Em setembro de 2017, mediante a 3ª emissão, a controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Prolagos”), emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, com valor nominal total de R\$ 100.000, as quais serão pagas em três parcelas anuais, em setembro de 2020, de 2021 e de 2022 e os juros pagos semestralmente a partir de março de 2018. As garantias mais importantes relacionadas a tais debêntures são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) cessão fiduciária equivalente a 25% dos direitos creditórios da Prolagos; e (iii) penhor de 25% das ações da Prolagos detidas pela Aegea Saneamento.

Em julho de 2018, mediante a 3ª emissão, a Aegea Saneamento emitiu 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 600.000, sendo R\$ 533.500 na 1ª série (CDI) e R\$ 66.500 na 2ª série (IPCA). As debêntures de 1ª série (CDI) serão pagas em três parcelas anuais, em julho de 2021, de 2022 e de 2023 e os juros pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019. As debêntures da 2ª série (IPCA) serão pagas em duas parcelas anuais em julho de 2024 e de 2025 e os juros pagos anualmente em julho de cada ano a partir de 2019.

Em dezembro de 2018, mediante a 3ª emissão, a Companhia emitiu 30.000 debêntures não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, com valor nominal total de R\$ 30.000. As debêntures serão pagas trimestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em junho de 2019 e os juros pagos trimestralmente a partir de março de 2019. A garantia mais importante relacionada a tal debênture é a Cessão fiduciária de recebíveis do fluxo de dividendos a serem distribuídos pela controlada direta Aegea Saneamento e Participações S.A. à Companhia limitado a R\$ 10.000 ano.

Em junho de 2019, mediante a 4ª emissão, a controlada indireta Prolagos emitiu 10.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 100.000, as quais serão pagas em duas parcelas anuais, em junho de 2023 e de 2024 e os juros pagos semestralmente a partir de dezembro de 2019.

Em julho de 2019, mediante a 4ª emissão, a controlada indireta Guariroba emitiu 58.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 580.000. O montante total da emissão foi dividido em duas séries, sendo: (i) a primeira, no valor de R\$ 303.900 (CDI), que serão pagas em duas parcelas anuais em julho de 2025 e de 2026 e os juros pagos semestralmente a partir de janeiro de 2020; e (ii) a segunda série, no valor de R\$ 276.100 (IPCA), que serão pagas em três parcelas anuais em julho de 2027, de 2028 e de 2029 e os juros pagos anualmente a partir de julho de 2020.

Em julho de 2019, mediante a 2ª emissão, a controlada indireta Manaus Ambiental S.A. (“Manaus”) emitiu 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 100.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em julho de 2021 e os juros pagos trimestralmente a partir de outubro de 2019, a garantia relacionada a tal debênture é garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento.

Em fevereiro de 2020, mediante a 4ª emissão, a Aegea Saneamento emitiu 305.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 305.000, que serão pagas em duas parcelas anuais em fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025 e os juros pagos semestralmente a partir de agosto de 2020.

Em abril de 2020, mediante a 2ª emissão, a controlada indireta Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. (“Teresina”) emitiu 102.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 102.000, que será paga em uma única parcela em abril de 2021. A garantia relacionada a tal debênture é garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento.

Em maio de 2020, mediante a 3ª emissão, a controlada indireta Manaus emitiu 310.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única (IPCA), da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 310.000, as quais serão pagas em uma única parcela no seu vencimento em junho de 2025 e os juros pagos semestralmente a partir de dezembro de 2020. A garantia relacionada a tal debênture é garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento.

Em setembro de 2020, mediante a 5ª emissão, a Aegea Saneamento emitiu 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor nominal total de R\$ 300.000, o principal será pago em uma única parcela no seu vencimento em setembro de 2023 e os juros pagos semestralmente nos meses de março e setembro de cada ano a partir de março de 2021.

Em outubro de 2020, mediante a 5ª emissão, a controlada indireta Guariroba emitiu 350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 350.000, que serão pagas em duas parcelas anuais em outubro de 2023 e de 2024 e os juros pagos semestralmente a partir de abril de 2021.

Em outubro de 2020, mediante a 5ª emissão, a controlada indireta Prolagos emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 150.000, que será paga em uma única parcela em outubro de 2023 e os juros pagos anualmente a partir de outubro de 2021.

(b) Loan Proparco

Em dezembro de 2014, a controlada indireta Guariroba contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A.* (PROPARCO) no montante de US\$ 8.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em junho de 2016 ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 27.814 (taxa R\$ 3,4768). A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. Este *Loan* conta com garantia fidejussória assumida pela Companhia e 15 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Em dezembro de 2014, a controlada indireta Águas de Matão S.A. (“Matão”) contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A.* (PROPARCO) no valor de US\$ 14.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em julho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 45.836 (taxa R\$ 3,274). A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. A controlada indireta Matão concedeu garantias relacionadas a tal operação, entre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis de Matão; (iii) penhor de 100% das ações de Matão detidas pela Aegea Saneamento; e (iv) 15 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Em dezembro de 2014, a controlada indireta Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A. (“São Francisco”) contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A.* (PROPARCO) no valor de US\$ 10.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em junho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 34.768 (taxa R\$ 3,4768).

A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. A controlada indireta São Francisco concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis de São Francisco; (iii) penhor de 100% das ações de São Francisco detidas pela Aegea Saneamento; e (iv) 15 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Em dezembro de 2014, a controlada indireta Águas de Barra do Garças Ltda. (“Barra do Garças”) contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A.* (PROPARCO) no montante de US\$ 8.000, com vencimento em dezembro de 2026. Em junho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 27.814 (taxa R\$ 3,4768). A amortização é semestral e se dá em 19 parcelas iguais a partir de dezembro de 2017. A controlada indireta Barra do Garças concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) penhor de conta corrente onde transitam os recebíveis de Barra do Garças; (iii) penhor de 100% das cotas de Barra do Graças detidas pela Aegea Saneamento; e (iv) 15 notas promissórias que, em sua totalidade, correspondem à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, as controladas contrataram junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas indiretas Guariroba, Matão, São Francisco e a Barra do Garças registraram R\$ (9.988) de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, em complemento vide instrumentos financeiros derivativos na nota nº 26.

(c) Projetos BNDES

Entre maio de 2009 e novembro de 2014, a controlada indireta Manaus assinou contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e bancos repassadores da linha BNDES, cujos recursos foram destinados à implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Manaus, no valor nominal total de R\$ 237.663, já desembolsados. Os financiamentos têm vencimento entre fevereiro de 2021 e junho de 2029. A operação com os bancos repassadores foi totalmente liquidada em fevereiro de 2020. Manaus Ambiental concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes da Manaus Ambiental; (iii) conta reserva e/ou fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor das ações da Manaus Ambiental.

Entre janeiro de 2012 e novembro de 2015, a controlada indireta Prolagos contratou financiamento, com a finalidade de investimentos para a implantação, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de atuação no valor nominal total de R\$ 461.686, dos quais R\$ 390.915 já foram desembolsados. Os financiamentos têm vencimento entre janeiro de 2022 e novembro de 2035. A controlada indireta Prolagos concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) cessão fiduciária de 75% dos direitos creditórios e os direitos emergentes da Prolagos; (iii) os recursos mantidos em conta reserva; e (iv) penhor de 24% das ações da Prolagos detidas pela Aegea Saneamento.

Em novembro de 2018, a controlada indireta Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. (“Serra Ambiental”) contratou financiamento com o BNDES, destinado à expansão e à modernização dos sistemas de esgotamento sanitário na área urbana do município onde atua, no valor nominal total de R\$ 230.132, dos quais R\$ 97.661 já foram desembolsados. O financiamento tem vencimentos entre julho de 2021 e dezembro de 2037. A controlada indireta Serra concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento, Sonel Engenharia S.A e Mauá Participações Estruturadas em Saneamento Ltda.; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes de Serra limitados ao valor mensal de R\$ 3.000 durante a carência e de R\$ 4.000 após carência; (iii) conta reserva e/ou fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos; e (iv) penhor de 100% das ações de Serra detidas pelas acionistas.

Em agosto de 2018, a controlada indireta Águas de Guarantã Ltda. (“Guarantã”) contratou financiamento com o BNDES, destinado à modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e a modernização e expansão do sistema de esgotamento sanitário na área urbana do município onde atua, no valor nominal total de R\$ 25.495, dos quais R\$ 1.443 já foram desembolsados. O financiamento tem vencimentos entre outubro de 2021 e setembro de 2030. A controlada indireta Guarantã concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes de Guarantã; e (iii) os recursos mantidos em conta reserva.

Em fevereiro de 2019, a controlada indireta Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. (“São Francisco do Sul”) contratou financiamento com o BNDES, destinado à ampliação e modernização do sistema de abastecimento de água e à implantação de sistema de esgotamento sanitário do município onde atua, no valor nominal total de R\$ 67.064, dos quais R\$ 21.000 já foram desembolsados. O financiamento tem vencimentos entre março de 2022 e fevereiro de 2039. A controlada indireta São Francisco do Sul concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e os direitos emergentes de São Francisco do Sul; e (iii) conta reserva e/ou fiança bancária equivalente ao montante de até três parcelas vincendas dos financiamentos.

(d) Projetos CEF

Em fevereiro de 2015, a controlada indireta Águas do Mirante S.A. (“Mirante”) celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à CEF e repasse via Banco BTG Pactual S.A. (“BTG”), no montante total de R\$ 195.568 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 195.568 já foram desembolsados. O financiamento tem vencimentos entre abril de 2019 e fevereiro de 2039. Tal financiamento é destinado ao programa de investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de concessão. Mirante concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) alienação fiduciária das ações de Mirante detidas pela Aegea Saneamento; (ii) vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão; (iii) notas promissórias no valor do contrato; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento.

Em dezembro de 2015, a controlada indireta Águas de Sinop S.A. (“Sinop”) celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à CEF, no montante total de R\$ 269.540 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 40.529 já foram desembolsados. O financiamento tem vencimentos entre fevereiro de 2020 e dezembro de 2039. Sinop concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são: (i) alienação fiduciária das ações de Sinop detidas pela Aegea Saneamento; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de Sinop, podendo o referido percentual ser reduzido gradativamente de acordo com pedido futuro; (iii) os recursos mantidos em conta reserva; e (iv) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento.

(e) Sênior Notes (Bonds)

Em outubro de 2017, a controlada indireta Aegea Finance S.à R.L., concluiu uma oferta Reg S /144a no exterior de notas (emissão de Bond) no valor total de US\$ 400.000, no valor total de R\$ 1.266.920 (taxa R\$ 3,1673), com vencimento em outubro de 2024 e taxa de juros de 5,75% a.a., pagos semestralmente.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Aegea Saneamento contratou junto ao *Bank of America Merrill Lynch* instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final entre 141,95% até 142,80% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa do Bond, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

Com a finalidade de reduzir a alavancagem da exposição ao CDI junto ao *Bank of America Merrill Lynch*, a Aegea Saneamento contratou junto ao BTG Pactual um instrumento derivativo de *Swap* de taxa de juros, sendo seu custo final em CDI + 2,86% a.a., para um nocional de R\$ 316.730. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa do Bond, de forma a proteger o instrumento das variações do CDI durante todo o período do financiamento.

Em 31 de dezembro de 2020, a Aegea Saneamento e a controlada indireta Igarapé Participações S.A. (“Igarapé Participações”) registraram R\$ (330.448) de eventos temporais de marcação a mercado de seus derivativos, reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, em complemento vide instrumentos financeiros derivativos na nota nº 26.

(f) Capital de Giro

Em julho de 2018, a controlada indireta Manaus assinou contrato com o BNDES, destinado a Capital de Giro, no valor nominal total de R\$ 30.000. O financiamento tem vencimento entre setembro de 2020 e agosto de 2023, o qual compartilha as garantias com os demais contratos da controlada indireta Manaus junto ao BNDES.

(g) Notas Promissórias Comerciais

Em maio de 2019, mediante a 1ª emissão, a controlada indireta Teresina emitiu 20 notas comerciais, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 200.000, que serão pagas em única parcela em maio de 2020, a garantia relacionada a tal nota promissória é garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento. Essa operação foi totalmente liquidada em março de 2020.

Em junho de 2019, mediante a 1ª emissão, a controlada indireta Manaus emitiu 20 notas comerciais, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 200.000, que serão pagas em única parcela em junho de 2020. Tal operação foi totalmente liquidada em janeiro de 2020.

Em janeiro de 2020, mediante a 2ª emissão, a controlada indireta Manaus emitiu 30 notas comerciais, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 300.000. Estas notas promissórias comerciais têm vencimentos em três parcelas anuais: em janeiro de 2021, para a 1ª série, janeiro de 2022, para a 2ª série e janeiro de 2023, para a 3ª série. A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento.

Em março de 2020, mediante a 2ª emissão, a controlada indireta Teresina emitiu 20 notas promissórias comerciais, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 200.000. Estas notas promissórias comerciais têm vencimentos em três parcelas anuais: em março de 2021, para a 1ª série, março de 2022, para a 2ª série e março de 2023, para a 3ª série. A garantia relacionada a tal nota promissória comercial é garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento.

(h) Projeto BNB

Em agosto de 2018, a controlada indireta Águas de Timon Saneamento S.A. (“Timon”) e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) celebraram um contrato no valor nominal total de R\$ 73.718 dos quais R\$ 33.631 já foram desembolsados. O financiamento tem vencimento entre outubro de 2022 e setembro de 2038 e tem por objetivo a realização de investimentos da ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água e a implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Timon - MA. As garantias relacionadas a tal empréstimo são: (i) garantia fidejussória assumida pela Aegea Saneamento; (ii) fundo de liquidez; e (iii) Fiança.

(i) Cédula de Crédito Bancário

Em abril de 2020, a Aegea Saneamento contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 150.000. O valor do principal será pago em duas parcelas em abril de 2021 e de 2022, os juros serão pagos trimestralmente a partir de julho de 2020.

Em maio de 2020, a controlada indireta Águas de Ariquemes Saneamento SPE Ltda. (“Ariquemes”) contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 30.000. O valor do principal será pago em única parcela com vencimento em novembro de 2021 e os juros serão pagos semestralmente nos meses de novembro e maio, sendo o primeiro pagamento em novembro de 2020. Essa operação conta com o aval da Aegea Saneamento.

Em maio de 2020, a controlada indireta Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A. (“Bombinhas”) contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 70.000. O valor do principal será pago em única parcela com vencimento em novembro de 2021 e os juros serão pagos semestralmente nos meses de novembro e maio, sendo o primeiro pagamento em novembro de 2020. Essa operação conta com o aval da Aegea Saneamento.

Em junho de 2020, a controlada indireta Guariroba contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 100.000. O valor do principal e dos juros serão pagos semestralmente nos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em dezembro de 2020 e o último em junho de 2023.

Em setembro de 2020, a controlada indireta Teresina contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 200.000. O valor do principal será pago em duas parcelas com vencimento em abril e outubro de 2023 e os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em abril de 2021. Essa operação conta com o aval da Aegea Saneamento.

Em setembro de 2020, a controlada indireta Timon contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R\$ 50.000. O valor do principal será pago em duas parcelas com vencimento em abril e outubro de 2023 e os juros serão pagos semestralmente nos meses de abril e outubro, sendo o primeiro pagamento em abril de 2021. Essa operação conta com o aval da Aegea Saneamento.

(j) Empréstimo

Em outubro de 2013, a Companhia contratou com o banco Banrisul – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Cédula de Crédito Bancário – CCB no valor de R\$ 40.000. A CCB tem vencimento em 26 de março de 2023. As principais garantias prestadas foram: (I) penhor de 6% das Ações da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. detidas pela Companhia, (II) cessão fiduciária de recebíveis do fluxo de dividendos vinculados as ações empenhadas no âmbito do penhor de ações; e (III) cessão fiduciária de aplicação financeira (CDB – Cédula de Depósito Bancário) no montante de R\$ 3.400.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas mantém em seus empréstimos e financiamentos, garantias, restrições e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2020.

15 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2020	2019
Direito de outorga a pagar:		
Águas Guariroba S.A. (i)	26.671	39.455
Águas de Diamantino S.A.	-	335
Parcelamento CEMAR	-	1.148
Parcelamento SEMMA	-	270
Provisão de fundo social a pagar (ii)	271	4.158
Parcela a pagar referente a aquisição Manaus Ambiental S.A.	-	98.754
Parcela a pagar referente a aquisição Mauá Participações Estruturadas em Saneamento Ltda.	848	21.452
<i>Earn-out</i> decorrente de Combinação de Negócios (iii)	126.947	-
Adiantamento de clientes	21.118	13.453
Taxa a pagar para o Poder Concedente	-	893
Provisão para bônus diretoria	3.938	69.503
Arrendamentos CPC 06 (R2)	38.744	19.470
Aquisição de aeronave	3.874	-
Outros impostos diferidos	-	6.189
Outras contas a pagar	43.341	7.893
	<u>265.752</u>	<u>282.973</u>
Circulante	159.044	170.583
Não circulante	106.708	112.390

- (i) O saldo refere-se ao Direito de Outorga de exploração da infraestrutura da concessão, de acordo com o contrato e seus respectivos aditivos. O montante a pagar em 31 de dezembro de 2020 é assim subdividido: (a) R\$ 12.939 (R\$ 24.983 em 31 de dezembro de 2019) devido ao município de Campo Grande – MS, sendo que, em 30 de setembro de 2020 foi compensado o montante de R\$ 12.634 com débitos municipais existentes e (b) R\$ 13.732 devido ao Estado do Mato Grosso do Sul (R\$ 14.472 em 31 de dezembro de 2019) que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa.

O valor do pagamento mensal devido ao município de Campo Grande - MS está suspenso conforme acordo entre as partes até a definição do pedido solicitado pela controlada indireta Águas Guariroba S.A. em manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato devido a antecipação de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) solicitado pelo Poder Concedente Municipal em 2013.

- (ii) Recursos destinados a obras sociais pagos mensalmente diretamente ao Município com a alíquota de 0,5% do faturamento da controlada indireta Águas Guariroba S.A., conforme descrito no contrato de concessão.
- (iii) A controlada indireta Igarapé Sustentabilidade S.A. em decorrência do trânsito em julgado no processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 de natureza tributária, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda da controlada indireta Manaus Ambiental S.A., assumiu um compromisso de pagar um prêmio ao vendedor pelo êxito na referida ação, o qual deverá ser liquidado em 2 parcelas, sendo a primeira liquidada em 03 de junho de 2020 no montante de R\$ 92.503. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 126.947 e foi reclassificado para a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 220.584 em 31 de dezembro de 2019, anteriormente classificado como consideração contingente), o qual será liquidado em março de 2021.

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	Consolidado	
	2020	2019
Salários e ordenados	-	294
Participação nos resultados a pagar	41.345	40.555
Provisão de férias	19.660	24.580
Encargos sociais	25.146	31.408
	<u>86.151</u>	<u>96.837</u>

17 Depósitos judiciais e provisão para contingências

As controladas diretas e indiretas da Companhia são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas esperadas com as ações em curso e depósitos judiciais, ou quando exigido pelas normas contábeis aplicáveis, como segue:

Natureza	Consolidado			
	Demandas Judiciais		Depósitos judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis (i)	17.675	13.654	14.473	117.245
Trabalhistas (ii)	8.983	9.559	3.491	3.815
Tributárias (iii)	31.099	3.864	27.227	141.639
Ambiental (iii)	1.861	1.028	-	-
	<u>59.618</u>	<u>28.105</u>	<u>45.191</u>	<u>262.699</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	Consolidado							
	Resultado				Indenização desapropriação (i)	Ativo de indenização (ii)	Resultado financeiro (iii)	Saldo em 2020
	Saldo em 2019	Adições	Reversões	Pagamentos				
Cíveis	13.654	29.017	(5.197)	(22.634)	(3.338)	6.173	-	17.675
Trabalhistas	9.559	4.090	(1.523)	(3.419)	-	276	-	8.983
Tributárias (iv)	3.864	29.332	(45)	(6.265)	-	-	4.213	31.099
Ambientais	1.028	1.555	(722)	-	-	-	-	1.861
Total	28.105	63.994	(7.487)	(32.318)	(3.338)	6.449	4.213	59.618

Natureza	Consolidado								
	Saldo em 2018	Ativo de indenização (v)	Adições	Baixas	Pagamentos	Pis/Cofins		Atualiz. monetária	Saldo em 2019
						sobre receitas financeiras (vi)	Indenização para Desaprop. (iv)		
Cíveis	11.217	23.376	21.085	(13.109)	(27.145)	-	(1.770)	-	13.654
Trabalhistas	7.012	3.590	8.315	(8.193)	(1.165)	-	-	-	9.559
Ambientais	-	-	2.905	(1.877)	-	-	-	-	1.028
Tributárias	2.502	-	45	-	-	1.513	-	(196)	3.864
	20.731	26.966	32.350	(23.179)	(28.310)	1.513	(1.770)	(196)	28.105

- (i) Nota explicativa nº 11, item “i”, letra “b”.
- (ii) Provisões a serem reembolsadas conforme estabelecido no instrumento de compra e venda da combinação de negócios.
- (iii) O saldo está subdividido em:
- Atualização monetária sobre demandas judiciais no montante de R\$ 392 (R\$ 196 de reversão em 31 de dezembro de 2019)
 - Saldo decorrente de eventual exigibilidade do PIS e da COFINS incidente sobre as receitas financeiras na Zona Franca de Manaus, que está sendo discutido na esfera judicial, reconhecido no resultado em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 3.821 (R\$ 1.513 em 31 de dezembro de 2019).

Demandas judiciais possíveis

As demandas judiciais passivas não reconhecidas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo perda de risco possível, somavam o montante de R\$ 47.827 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 43.518 em 31 de dezembro de 2019), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a. Processos cíveis

A controlada indireta Prologos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto possui processos que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços, no montante de R\$ 5.503 (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2019). O principal processo refere-se à:

Ação cível nº 0006313-51.2014.8.19.0011 em trâmite na Comarca de Cabo Frio – RJ. O município de Cabo Frio cedeu à concessionária uma área para edificação da ETE de Cabo Frio em 2002. Em 2007, o suposto proprietário da área requereu sua desapropriação indireta. A concessionária apresentou contestação e denunciou a lide ao município de Cabo Frio, que a assumiu. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 3.242 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019). Os assessores jurídicos reavaliaram probabilidade de perda provável para possível em 30 de novembro de 2020 e consequentemente houve o reconhecimento da reversão da provisão para demandas judiciais no valor de R\$3.338 (nota explicativa, nº 10 letra “b”).

- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 13.515 (R\$ 12.988 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

b. Processos trabalhistas

- A controlada indireta Águas Guariroba S.A. possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2020 totalizam o montante de R\$ 2.310 (R\$ 2.844 em 31 de dezembro de 2019).
- A controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, possui processos associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 975 (R\$ 1.261 em 31 de dezembro de 2019).
- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 12.073 (R\$ 10.231 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

c. Processos tributários

A controlada indireta Águas Guariroba S.A. possui processos possíveis que totalizam um montante de R\$ 7.138 (R\$ 7.061 em 31 de dezembro de 2019). O principal processo refere-se à:

A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a controlada indireta Águas Guariroba S.A. dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário 2010. Em 30 de dezembro de 2013 a Águas Guariroba S.A. apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos totalizam um montante de R\$ 7.137 (R\$ 7.060 em 31 de dezembro de 2019).

- A controlada indireta Manaus Ambiental S.A., em dezembro de 2013, ajuizou mandados de segurança pleiteando o reconhecimento da não incidência do PIS e da COFINS sobre os serviços prestados na Zona Franca de Manaus. Em 02 de março de 2020, a controlada indireta da Companhia obteve êxito no processo.

Como efeito do trânsito em julgado da decisão favorável, a controlada indireta da Companhia reconheceu no ativo não circulante e no resultado em março de 2020 os valores relativos aos créditos de PIS e COFINS, referente aos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação, no montante de R\$ 135.945, sendo o principal no montante de R\$ 72.211 reconhecido em outras receitas operacionais (nota explicativa nº 21) e a atualização monetária no montante de R\$ 63.734 em receita financeira (nota explicativa nº 24).

No dia 29 de julho de 2020, a controlada indireta da Companhia formalizou pedido de habilitação do montante de R\$ 135.830, para sua compensação com demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido no dia 18 de setembro de 2020.

- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 2.161 (R\$ 3.033 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

d. Processos ambientais

- A controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, possui processos possíveis que totalizam um montante de R\$ 3.848 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.533 em 31 de dezembro de 2019). O principal processo refere-se à:

Ação movida pelos pescadores da região de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio/RJ no qual a controlada indireta Prolagos S.A. e outras concessionárias de saneamento são acusadas de poluir um lago da região com o desaguamento dos esgotos. A controlada indireta Prolagos S.A. instruiu os processos com decisão do órgão regulador concluindo pela não responsabilidade da Prolagos S.A no evento, posição ratificada pelo Consórcio Ambiental integrado pelos prefeitos e pelo órgão ambiental estadual. O valor estimado da demanda judicial em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.948 (R\$ 1.883 em 31 de dezembro de 2019).

- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem processos possíveis no valor de R\$ 304 (R\$ 417 em 31 de dezembro de 2019), não existindo processo de valor individual significativo.

Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 44.295 (R\$ 262.699 em 31 de dezembro de 2019). Os principais depósitos estão demonstrados abaixo:

- Processos movidos pela controlada indireta Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto requer a alteração da alíquota do ICMS no percentual de 25% para 18%, sobre o fornecimento de energia elétrica e telefonia, com fundamento principal na declaração pelo Órgão Especial do TJERJ da inconstitucionalidade do Art. 14, VI, item 2, e VIII, item 7 do Decreto nº 27.427 do ano de 2000 do Estado do Rio de Janeiro, que fixa a alíquota de ICMS incidente sobre os serviços de energia elétrica e telecomunicações. O valor dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 18.060 (R\$ 14.044 em 31 de dezembro de 2019).
- Em consequência do trânsito em julgado do processo da controlada indireta Manaus Ambiental S.A., referente a não incidência do PIS e da COFINS sobre os serviços prestados na Zona Franca de Manaus, em maio de 2020 a Justiça Federal ressarcir o montante de R\$ 123.984.
- Ação Civil Pública nº 1007708-60.2019.8.26.0506 ajuizada pelo DAERP – Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto, cujos objeto e pedidos estão pautados na suposta irregularidade do contrato nº 50/2015, celebrado entre o DAERP e a controlada indireta Aegea Engenharia e Comércio Ltda. Em 20 de abril de 2020, foi proferido em sede de agravo de instrumento interposto pela Aegea Saneamento, acórdão que admitiu a substituição do saldo do bloqueio, no valor de R\$ 7.790, por seguro garantia. Em 16 de outubro de 2020, foi homologado Acordo de Não Persecução Cível celebrado entre a Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (“Aegea Engenharia”), controlada indireta da Companhia, com o Ministério Público do Estado de São Paulo (“MPSP”), o Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (“DAERP”) e o Município de Ribeirão Preto, tendo as Partes signatárias outorgado mutuamente quitação das obrigações decorrentes do contrato celebrado em pauta. Com a celebração do acordo, as discussões vinculadas aos processos judiciais e administrativos relativos à Operação Sevandija foram encerradas, com a consequente liberação dos valores bloqueados.

- As demais controladas diretas e indiretas da Companhia possuem depósitos judiciais no valor de R\$ 26.235 (R\$ 16.732 em 31 de dezembro de 2019), não existindo depósitos judiciais de valor individual significativo.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social integralizado é de R\$ 416.458 (R\$ 416.458 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 422.598.764 ações ordinárias (422.598.764 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019), nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	2020	2019
Arcos Saneamento e Participações Ltda.	98,532%	98,532%
Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações	1,468%	1,468%
	100,00%	100,00%

b. Reserva de capital

Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas de capital da Controladora, conforme mencionado no item anterior. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

Em 1º de janeiro de 2018, a Companhia reconheceu participação na reserva de retenção de lucros, decorrente da adoção do CPC 48 em suas controladas diretas e indiretas.

e. Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2020 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

Lucro líquido do exercício	133.997
(-) Constituição da reserva legal	(6.700)
Lucro líquido ajustado	127.297
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	31.824
Dividendos distribuídos no exercício de 2020	
Dividendos intercalares distribuídos do resultado de 2020	(53.252)
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	-
	(53.252)

Lucro líquido do exercício	90.617
(-) Constituição da reserva legal	(4.530)
Lucro líquido ajustado	86.087
 Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	 21.522
Dividendos distribuídos no exercício de 2019	
Dividendos intercalares distribuídos do resultado de 2019	(86.087)
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	(3.997)
	(90.084)

f. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes.

g. Reserva de incentivo fiscal

O incentivo fiscal estabelecido pelo programa PID (Programa de Incentivo ao Desenvolvimento), conforme Decreto Lei Complementar 128 de 2011, tem por objetivo beneficiar a controlada Aegea Saneamento e Participações S.A que efetuou gastos com reformas, construção e adaptação de imóvel, bem como o valor de locação do imóvel. O benefício da controlada Aegea Saneamento e Participações S.A foi celebrado através do Decreto 6.398/2014.

19 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	1.833.234	1.700.502
Outros serviços indiretos de água	151.980	172.359
Serviços de esgoto	500.746	481.103
Outros serviços indiretos de esgoto	18.784	22.817
Receita de ativo financeiro (i) (nota explicativa nº 7)	6.116	15.909
Receitas de construção	558.700	722.336
Total receita bruta	3.069.560	3.115.026
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(38.954)	(53.954)
(-) Impostos sobre serviços	(194.071)	(193.035)
Total da receita operacional líquida	2.836.535	2.868.037

(i) Refere-se ao reajustamento do preço conforme definido no contrato nº 034/2014 da controlada indireta Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A. e no contrato nº 008/2017 da controlada indireta Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A.

A Companhia e suas controladas não identificaram nenhum cliente que individualmente represente mais do que 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

20 Custos dos serviços prestados por natureza

	Consolidado	
	2020	2019
Pessoal	(129.500)	(196.033)
Conservação e manutenção	(30.065)	(35.572)
Serviços de terceiros	(80.389)	(75.532)
Materiais, equipamentos e veículos	(15.859)	(17.247)
Amortização e depreciação	(247.198)	(220.377)
Créditos de PIS e COFINS	9.994	10.226
Custo de concessão	(30.078)	(25.191)
Serviço de terceiro para tratamento de esgoto	(16.398)	(15.407)
Custo de construção PPP	(19.112)	(38.348)
Custo de construção	(524.440)	(645.603)
Energia elétrica	(237.628)	(236.274)
Produtos químicos	(39.673)	(44.189)
Viagens e estadias	(3.797)	(6.863)
Locação	(10.959)	(13.989)
Outros	(4.880)	(15.010)
	<u>(1.379.982)</u>	<u>(1.575.409)</u>

21 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal	-	-	(190.223)	(153.122)
Conservação e manutenção	-	-	(9.307)	(11.394)
Serviços de terceiros	(1.832)	(732)	(146.105)	(69.191)
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(7.119)	(6.378)
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(109.250)	(106.935)
Baixa de títulos das contas a receber	-	-	24.455	57.778
Provisão para contingências	-	-	(56.507)	(9.172)
Acordos e indenizações judiciais	-	-	(33.893)	-
Amortização e depreciação	-	-	(25.283)	(21.715)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	-	792
Energia elétrica	-	-	(1.866)	(2.230)
Seguros	-	-	(2.820)	(2.203)
Viagens e estadias	-	-	(4.600)	(12.035)
Impostos, taxas e contribuições	(121)	(192)	(4.591)	(4.427)
Locação	(39)	(13)	(2.549)	(3.138)
Gastos com telefonia	-	-	(4)	(6.915)
Publicidade e propaganda	(25)	(85)	(14.044)	(15.957)
Outras	(102)	(1.243)	(18.022)	(12.872)
	<u>(2.119)</u>	<u>(2.265)</u>	<u>(601.728)</u>	<u>(379.114)</u>

22 Despesas com pesquisa e desenvolvimento por natureza

	Consolidado	
	2020	2019
Pessoal	-	(482)
Serviços de terceiros	(8.809)	(8.252)
Viagens e estadias	(291)	(217)
Locação	(48)	(96)
Outras	(571)	(1.557)
	<u>(9.719)</u>	<u>(10.604)</u>

23 Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	2020	2019
Receita na baixa de imobilizado	-	5.222
Habilitação de crédito de PIS e COFINS s/ decisão judicial (i) e (ii)	72.211	3.614
Ajuste de preço na aquisição de controlada indireta	-	13.223
Outras receitas operacionais	16.429	1.878
	88.640	23.937

- (i) Conforme nota explicativa nº 15 item, “c”, em consequência do trânsito em julgado favorável à controlada indireta Manaus Ambiental S.A. do processo nº 0003477-15.2013.4.01.3200 ocorrido em 02 de março de 2020, referente a inexigibilidade de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, a respectiva controlada indireta reconheceu no resultado do exercício os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 72.211, referente aos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.
- (ii) Em consequência do trânsito em julgado favorável à controlada indireta Águas Guariroba S.A. do processo nº 0009960-51.2010.4.03.6000 ocorrido em 21 de janeiro de 2019, referente a exclusão do ICMS das bases tributáveis do PIS e da COFINS, a respectiva controlada reconheceu no resultado do exercício os valores de créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$ 3.614, referente aos valores recolhidos no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	2.644	2.734	44.537	58.317
Juros e multa recebidos ou auferidos	14	-	34.517	53.245
Variações cambiais ativas	-	-	386.354	342.374
Atualização monetária de crédito de PIS/COFINS com decisão judicial	-	-	63.734	3.179
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota nº26)	-	-	603.915	354.136
Outras receitas financeiras	19	48	8.624	11.195
Receitas financeiras	2.677	2.782	1.141.681	822.446
Despesas				
Encargos e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.888)	(18.308)	(360.369)	(302.010)
Juros sobre atraso em pagamentos	-	(2)	-	(3.303)
Despesa com IOF	(6)	(157)	(7)	(622)
Descontos concedidos	-	-	(124.762)	(143.537)
Despesas e comissões bancárias	4	(1.069)	(30.356)	(31.198)
Despesas com obrigações de outorga	-	-	-	(1.208)
Variações cambiais passivas	-	-	(898.678)	(411.427)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(122)	(130)	(10.829)	(10.827)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota 26)	-	-	(4.452)	(290.381)
Atualização opção de venda de ações	-	-	-	17.243
Reversão (provisão) de ajuste a valor presente de clientes (nota 7)	-	-	13.680	(44.501)
Outras despesas financeiras	-	-	(42.195)	(38.542)
Despesas financeiras	(16.012)	(19.666)	(1.457.968)	(1.260.313)
Resultado financeiro	(13.335)	(16.884)	(316.287)	(437.867)

25 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentada como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	134.007	90.504
Resultado de equivalência patrimonial	(149.461)	(109.653)
Lucro líquido ajustado	(15.454)	(19.149)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	5.254	6.511
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(5.254)	(6.399)
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	-	112
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	112
Alíquota efetiva	0%	2%

	Consolidado	
	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	603.176	483.150
Lucro (Prejuízo) de controladas com apuração pelo lucro presumido	-	-
Lucro líquido ajustado	603.176	483.150
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(205.080)	(164.271)
Despesas indedutíveis	(33.232)	(13.056)
Ajuste de preço na aquisição de controladas	1.824	4.496
Baixa de títulos do contas a receber	(5.817)	(22.112)
Inovação tecnológica	1.767	1.347
Efeito de imposto de renda de controlada no exterior	(22.197)	(16.269)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(111.778)	(59.927)
Alteração de alíquota de 34% para 15,25% sobre diferenças temporárias (ii)	-	(8.634)
Ajuste a valor justo sobre obrigação de compra de ações	-	5.863
PAT e outros incentivos fiscais	7.026	6.743
Baixa de ativo diferido de anos anteriores	-	(1.503)
Redução da alíquota – Lucro de exploração (iii)	106.388	53.878
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	(6.382)	(20.599)
Outras diferenças permanentes	827	1.346
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(279.346)	(243.972)
Diferido	(61.327)	(39.047)
Incentivo lucro da exploração	74.019	50.321
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	266.654	(232.698)
Alíquota efetiva	44%	48%

	Consolidado	
	2020	2019
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos		
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(205.304)	(193.763)
Aquisição de controladas	-	-
Saldo a pagar referente a anos anteriores	(14.614)	(5.890)
Lucro da exploração de anos anteriores (iii)	-	(3.465)
Incentivo lucro da exploração	-	-
Antecipação do IRPJ e CSLL	(6.407)	(15.372)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	29.881	21.992
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(196.444)	(196.498)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a saldo negativo IRPJ e CSLL e retenções na fonte	15.952	7.375
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13.929	14.617
Total	29.881	21.992

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.
- (ii) A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM ou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme área de atuação, visando a modernização de empreendimento de infraestrutura em sua área de atuação expediu o laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de renda e adicional, não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração da controlada indireta Manaus Ambiental S.A. até o ano calendário de 2021, e das controladas Águas de Diamantino S.A., Águas de Poconé S.A., Águas de São José S.A., Águas de Paranatinga S.A., Águas de Timon S.A., Águas de Teresina S.A., Águas de Sinop S.A., Águas de Cláudia S.A., Águas de Garantã S.A., Águas de Nortelândia S.A., Águas de Novo Progresso – Tratamento e distribuição Ltda., Águas de Pedra Preta S.A., Águas de Sorriso S.A. e Águas de Vera S.A. até o ano calendário de 2027.
- (iii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 letra, “o”, item “i” o laudo confere as controladas o incentivo fiscal retroativo ao período de janeiro de 2018.

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

	Controladora		
	2019	Resultado	2020
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(501)	1.197	696
Passivo fiscal diferido líquido	(501)	1.197	696

	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	2020
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	70.183	1.845	-	72.028
Provisão para participação nos lucros	5.591	1.308	-	6.899
Provisão para contingências	3.547	1.135	-	4.682
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	2.890	(177)	-	2.713
Ajuste a valor presente de clientes	20.343	(4.851)	-	15.492
Outorga diferido anos anteriores	4.895	(120)	-	4.775
Variação cambial ativa	6.471	278.649	-	285.120
Arrendamentos CPC 06(R2)	126	721	-	847
Perda com clientes	3.912	(985)	-	2.927
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	31.495	(5.637)	-	25.858
Passíveis de compensação	(99.799)	(298.971)	-	(398.770)
Ativo fiscal diferido	49.654	(27.083)	-	22.571

	2019	Resultado	Patrimônio Líquido	2020
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	(23.993)	1.974	-	(22.019)
Juros capitalizados no ativo intangível	(43.384)	(8.086)	-	(51.470)
Custo de captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	(17.535)	(10.227)	-	(27.762)
Amortização de intangível	(102.967)	2.900	-	(100.067)
Instrumento financeiro derivativo	(57.707)	(285.496)	(61.293)	(404.496)
Diferimento do lucro órgão públicos	(20.890)	(2.769)	-	(23.659)
Baixa de títulos do contas a receber	(43.412)	(25.693)	-	(69.105)
Passíveis de compensação	99.799	298.971	-	398.770
Passivo fiscal diferido	<u>(210.089)</u>	<u>(28.426)</u>	<u>(61.293)</u>	<u>(299.808)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(159.934)</u>	<u>(55.509)</u>	<u>(61.293)</u>	<u>(276.237)</u>

Com o objetivo de avaliação do registro dos impostos diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, durante o exercício, as controladas elaboraram os estudos de lucratividade futura. O valor contábil do ativo fiscal é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o período pelas controladas.

- (i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da depreciação contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 8.527 (R\$ 8.527 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) O saldo na linha de provisões para demandas judiciais em 31 de dezembro de 2020 está líquido dos valores de ativo em indenização no montante de R\$ 3.286. (R\$ 4.132 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Nota explicativa nº 10, letra “g”.
- (iv) Os valores apresentados estão líquidos da alíquota reduzida do IRPJ diferido acumulado até 31 de dezembro de 2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 5, letra “p”, item “iii”, nos valores abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	51.985	53.270
Provisão para demandas judiciais	2.824	1.847
Ajuste a valor presente	6.885	6.524
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.539	10.503
Outras diferenças temporárias	1.992	1.929
Ativo fiscal diferido	<u>75.225</u>	<u>74.073</u>
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.959)	(1.864)
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	(15.335)	(11.449)
Passivo fiscal diferido	<u>(20.294)</u>	<u>(13.313)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>54.931</u>	<u>60.760</u>

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.515	1.394
Provisão para demandas judiciais	1.562	30
Provisão para participação nos lucros	7.380	7.226
Ajuste a valor presente	37	81
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	216.889	164.247
Tributos pagos no exterior	138	3.812
Outras diferenças temporárias	5.604	49
Custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-(6.627)	(5.929)
	<u>226.498</u>	<u>170.910</u>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar tais benefícios.

26 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas diretas e indiretas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas diretas e indiretas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas diretas e indiretas. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora	
	2020	2019
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	56	13
Aplicações financeiras	87.685	93.314
Contas correntes a receber de partes relacionadas	227.152	212.001
	<u>314.893</u>	<u>305.328</u>
	Consolidado	
	2020	2019
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	82.007	29.926
Aplicações financeiras	2.687.484	1.032.701
Contas a receber de clientes	1.173.473	1.036.661
Contas correntes a receber de partes relacionadas	227.152	212.001
Instrumentos financeiros derivativos	1.203.699	512.041
	<u>5.373.815</u>	<u>2.823.330</u>

Garantias

A política da Companhia e suas controladas diretas e indiretas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas diretas e indiretas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas diretas e indiretas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2020							
Passivos							
Empréstimos e debêntures	271.170	326.446	47.546	73.771	65.146	59.697	80.286
Dividendos a pagar	783	783	783	-	-	-	-
	<u>271.953</u>	<u>327.229</u>	<u>48.329</u>	<u>73.771</u>	<u>65.146</u>	<u>59.697</u>	<u>80.286</u>

Controladora

	Fluxo financeiro projetado						
	Valor contábil	(incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2019							
Passivos							
Empréstimos e debêntures	280.885	371.447	27.468	55.168	79.502	67.754	141.555
Dividendos a pagar	1.324	1.324	1.324	-	-	-	-
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	37.952	37.952	-	-	-	-	37.952
	<u>320.161</u>	<u>410.723</u>	<u>28.792</u>	<u>55.168</u>	<u>79.502</u>	<u>67.754</u>	<u>179.507</u>

Consolidado

	Fluxo financeiro projetado						
	Valor contábil	(incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2020							
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	199.791	199.791	199.791	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.883.755	9.931.614	1.229.835	1.003.755	2.367.398	2.997.496	2.333.130
Dividendos a pagar	783	783	783	-	-	-	-
Outras contas a pagar	265.753	282.134	196.712	17.905	9.307	5.948	52.262
	<u>8.350.082</u>	<u>10.414.322</u>	<u>1.627.121</u>	<u>1.021.660</u>	<u>2.376.705</u>	<u>3.003.444</u>	<u>2.385.392</u>

Consolidado

	Fluxo financeiro projetado						
	Valor contábil	(incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
2019							
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	209.529	209.529	209.529	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.301.260	6.960.963	991.210	783.429	738.166	783.047	3.665.011
Dividendos a pagar	1.324	1.324	1.324	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	37.952	37.952	-	-	-	-	37.952
Outras contas a pagar	238.366	297.215	194.992	13.323	6.623	5.400	76.877
	<u>5.578.902</u>	<u>7.503.396</u>	<u>1.393.568</u>	<u>796.752</u>	<u>744.784</u>	<u>788.447</u>	<u>3.779.840</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo e outras contas a pagar. As proteções para tais riscos estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Instrumentos de taxa variável				
<i>Ativos financeiros</i>				
Aplicações financeiras	87.685	93.314	2.687.484	1.032.700
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.203.699	512.041
	<u>87.685</u>	<u>93.314</u>	<u>3.891.183</u>	<u>1.544.741</u>
Instrumentos de taxa variável				
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	271.170	280.885	7.883.755	5.301.260
Outras contas a pagar	-	-	265.753	282.973
	<u>271.170</u>	<u>280.885</u>	<u>8.149.508</u>	<u>5.584.233</u>

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora					Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2020 a.a.	Taxa de juros efetiva em 2019 a.a.	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros									
Aplicações financeiras	87.685	Variação do CDI	1,90%	4,40%	3.858	4.822	5.787	2.894	1.929
2- Passivos financeiros									
Empréstimos e debêntures	(271.170)	Variação do CDI	1,90%	4,40%	(11.931)	(14.914)	(17.896)	(8.948)	(5.966)
1 + 2- Exposição líquida	<u>(183.485)</u>				<u>(8.073)</u>	<u>(10.092)</u>	<u>(12.109)</u>	<u>(6.054)</u>	<u>(8.073)</u>

Consolidado					Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de	Taxa de	I	II	III	IV	V
			juros	juros					
1- Ativos financeiros			efetiva a.a.	efetiva a.a.	Provável	25%	50%	-25%	-50%
			em 2020	em 2019					
Aplicações financeiras	2.687.484	Variação do CDI	1,90%	4,40%	118.249	147.811	177.374	88.687	59.125
2- Passivos financeiros									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.935.314)	Variação do CDI	1,90%	4,40%	(173.154)	(216.443)	(259.731)	(129.866)	(86.577)
Debêntures	(897.731)	Variação do IPCA	4,52%	4,31%	(38.692)	(48.365)	(58.038)	(29.019)	(19.346)
Empréstimos e financiamentos	(92.256)	Variação da SELIC	1,90%	4,40%	(4.059)	(5.074)	(6.089)	(3.044)	(2.030)
Empréstimos e financiamentos BNDES	(421.677)	Variação da TJLP	4,55%	5,57%	(23.487)	(29.359)	(35.230)	(17.615)	(11.744)
1 + 2 – Exposição líquida	(2.659.494)				(121.143)	(151.430)	(181.714)	(90.857)	(60.572)

Não houve variação na taxa de juros para o financiamento atualizado pela TR. Por esse motivo as controladas diretas e indiretas da Companhia não realizaram o teste de sensibilidade para esse instrumento financeiro.

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia e suas controladas, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado					Cenários				
Risco cambial	Exposição em		Taxa de	Taxa de	I	II	III	IV	V
	(US\$ mil)	Unidade	câmbio em	câmbio em					
1- Instrumentos derivativos			2020	2019	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos	(429.809)	USD	R\$ 5,1967	R\$ 4,0307	(501.157)	(626.446)	(751.736)	(375.868)	(250.579)
Swap – Ponta ativa	431.331	USD	R\$ 5,1967	R\$ 4,0307	502.932	628.665	754.398	377.199	251.466
Exposição líquida	1.522				1.775	2.219	2.662	1.331	887

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Controladora			Total em 2020
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	56	-	56
Aplicações financeiras	6	87.685	-	-	87.685
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	227.152	-	227.152
Total		<u>87.685</u>	<u>227.208</u>	<u>-</u>	<u>314.893</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	50	50
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	271.170	271.170
Dividendos a pagar	9	-	-	783	783
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>272.003</u>	<u>272.003</u>

	Nota	Controladora			Total em 2019
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	13	-	13
Aplicações financeiras	6	93.314	-	-	93.314
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	212.001	-	212.001
Total		<u>93.314</u>	<u>212.014</u>	<u>-</u>	<u>305.328</u>

	Nota	Controladora			Total em 2019
		Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	18	18
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	280.885	280.885
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	37.952	37.952
Dividendos a pagar	9	-	-	1.324	1.324
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320.179</u>	<u>320.179</u>

		Consolidado			
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	82.007	-	82.007
Aplicações financeiras	6	2.687.484	-	-	2.687.484
Contas a receber de clientes	7	-	1.173.473	-	1.173.473
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	227.152.	-	227.152
Instrumentos financeiros derivativos	26	1.203.699	-	-	1.203.699
Total		3.891.183	1.482.632	-	5.373.815
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	199.791	199.791
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	7.883.755	7.883.755
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	9	-	-	783	783
Outras contas a pagar	15	-	-	265.753	265.753
Total		-	-	8.350.082	8.350.082

		Consolidado			
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado (i)	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2019
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	29.926	-	29.926
Aplicações financeiras	6	992.882	39.818	-	1.032.700
Contas a receber de clientes	7	-	1.036.661	-	1.036.661
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	212.001	-	202.001
Instrumentos financeiros derivativos	26	512.041	-	-	512.041
Total		1.504.923	1.318.406	-	2.823.329
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	13	-	-	209.529	209.529
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	5.301.259	5.301.259
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	9	-	-	1.324	1.324
Outras contas a pagar	15	-	-	282.973	282.973
Total		-	-	5.795.085	5.795.085

(i) Mudança na classificação dos instrumentos financeiros conforme requerido pelo CPC 48 descrito na nota explicativa nº 5.

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Em assembleia realizada em maio de 2019 os acionistas aprovaram a contratação de novo contrato de *swap*, com o objetivo de reduzir a alavancagem da exposição ao CDI do contrato anterior.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia e suas controladas mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

Consolidado							Ativo	
Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	2020	2019	
			CDI					
<i>Swap - Senior Notes</i>	USD 400.000	USD + 6,7647% a.a.	141,95% até 142,80% a.a.	CETIP	10/out/24	1.157.277	496.714	
<i>Swap - Senior Notes</i>	R\$ 316.730	CDI 142,80% a.a.	CDI + 2,86% a.a.	CETIP	10/out/24	(7.374)	(2.898)	
<i>Swap - Loan Proparco</i>	USD 29.474	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	53.796	18.225	
						<u>1.203.699</u>	<u>512.041</u>	
Circulante						102.913	25.882	
Não circulante						1.100.786	486.159	

Hedge Accounting

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC 48 as controladas diretas e indiretas da Companhia designaram as operações apresentadas abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrued* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	Patrimônio Líquido 2019	Variação	Patrimônio Líquido 2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	71.783	88.424	160.207
IR/CS diferidos sobre perdas	(24.597)	(30.064)	(54.661)
Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes	<u>47.186</u>	<u>58.360</u>	<u>105.546</u>
	Resultado 2019		Resultado 2020
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 24)	<u>63.775</u>		<u>599.463</u>

Valor justo

A Companhia e suas controladas, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Administração considera o dólar do cenário base de R\$ 5,1779/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,1423/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 2,9588/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 2,5890.

Além disso, considera-se como risco a alta do CDI. A Companhia e suas controladas consideram como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2020. A Companhia e suas controladas estimaram que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

A Administração considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia e suas controladas consideram como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 30 de dezembro de 2020. A Companhia e suas controladas estimaram que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Consolidado - 2020					
Instrumento	Exposição	Risco	Cenário		
			I	II	III
Swap	1.203.699	Variação do USD	664.044	47.294	(145.440)
		Alta Curva CDI	1.187.064	1.156.307	1.142.077
		Alta Curva Cupom Cambial	1.183.278	1.143.429	1.123.985

Consolidado - 2019					
Instrumento	Exposição	Risco	Cenário		
			I	II	III
Swap	512.041	Queda USD	98.619	(373.863)	(521.514)
		Alta Curva CDI	491.414	454.450	437.867
		Alta Curva Cupom Cambial	463.190	372.709	330.721

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para algumas das operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures e obrigações de compra de ações em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrado abaixo:

	Controladora			
	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Capital de giro	248.668	286.136	31.262	34.164
Debêntures	22.502	23.700	255.580	317.476
	<u>271.170</u>	<u>309.836</u>	<u>286.842</u>	<u>351.640</u>

	Consolidado			
	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Capital de giro	51.432	53.038	31.262	34.164
Debêntures	2.820.809	2.948.684	2.114.080	2.193.963
Debêntures (IPCA)	862.990	940.480	244.814	259.556
Finame e Finisa	2.011	2.011	2.698	2.698
Loan Proparco	129.026	142.600	119.116	132.858
Projeto BNDES	492.363	544.732	447.620	476.914
Projeto CEF	288.259	339.772	306.168	346.475
Senior Unsecured Guaranteed Notes	2.088.508	2.466.204	1.633.139	1.851.258
Pojeto BNB	33.853	48.934	33.737	33.737
Notas Promissórias Comerciais	514.005	524.488	415.479	416.489
Outros	600.499	634.516	32.124	32.124
	<u>7.883.755</u>	<u>8.645.459</u>	<u>5.380.237</u>	<u>5.780.236</u>

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI), e para os empréstimos em moeda estrangeira também é utilizado a curva do cupom limpo.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado e a divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e empréstimos, financiamentos e debêntures são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

27 Cobertura de seguros

A controladas diretas e indiretas da Companhia adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cobertura de seguros era composta por:

	Consolidado	
	2020	2019
Danos materiais	124.000	270.000
Responsabilidade civil	100.000	300.000
Executante concessionário	1.079.735	1.110.225
Equipamentos e veículos	204.486	158.155
<i>D&O - Directors and Officers Liability Insurance</i>	80.000	80.000
Riscos de engenharia	457.929	386.211

28 Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos compromissos mencionados na nota explicativa nº 15 - Outras contas a pagar, as controladas indiretas abaixo possuem as seguintes obrigações:

Águas de Matão S.A., Águas de Ariquemes Saneamento SPE Ltda., Águas de Rolim de Moura Saneamento SPE Ltda., Águas de Diamantino S.A., Águas de Confresa S.A., Águas de Buritis Saneamento S.A., Águas de Timon Saneamento S.A., Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A., Águas de Guarantã Ltda., Águas de Carlinda S.A., Águas de Sorriso S.A. e Águas de Vera S.A. possuem compromissos mensais referentes à taxa de regulação que corresponde de 1% a 4% da arrecadação mensal de acordo com cada município.

Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda., APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A., Águas de Camboriú Saneamento SPE Ltda., Águas de Bombinhas Saneamento SPE S.A., Águas de Barra do Garça Ltda., Águas de União do Sul S.A., Águas de Pimenta Bueno Saneamento SPE Ltda., Águas de Matupá Ltda., Águas de Campo Verde S.A., Águas de Primavera S.A., Águas de Marcelândia S.A. e Águas de Sinop S.A. possuem compromissos mensais referentes à taxa de regulação que corresponde de 1% a 4% do faturamento mensal de acordo com cada município.

Águas de Penha Saneamento SPE S.A. e Águas de São Francisco do Sul SPE S.A. possuem compromissos mensais referentes à taxa de regulação que corresponde a R\$ 0,10 por habitante do município conforme divulgação anual do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Saneamento Básico de Jangada S.A. possui compromisso referente à taxa de regulação que corresponde a R\$ 50 divididos em 30 parcelas anuais, atualizado pelo IGP-M.

Águas Guariroba S.A. possui obrigação do pagamento de outorga, no valor de R\$ 114 mensais, devidos ao Estado do Mato Grosso do Sul, que será pago até outubro de 2030 e os valores devidos ao município de Campo Grande - MS estão temporariamente suspensos conforme mencionado na nota explicativa nº 14 - Outras contas a pagar. A controlada deverá destinar mensalmente um percentual de 0,5% do faturamento para implantação de obras e ações de interesse social, voltados à população carente, conforme indicação dos locais e famílias pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. A controlada também possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 1% da receita bruta de serviços de abastecimento de água e dos serviços de esgoto.

Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Águas e Esgoto possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 0,5%, do faturamento de serviços de abastecimento de água deduzidos dos impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Também há o compromisso de repasse dos valores cobrados dos usuários referente à taxa de utilização dos recursos hídricos, que corresponde a 0,4108%, calculados sobre o valor de água faturado mensal.

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. assumiu o compromisso da Águas e Esgoto de Piauí S.A. - AGESPISA do repasse de 3% do lucro líquido ao Município. Também há o compromisso mensal de pagamento ao Agente Regulador referente à taxa de regulação, que corresponde a 1,1% da receita bruta. Possui também o compromisso relacionado a conceder desconto de 1% no pagamento das tarifas concernentes aos serviços aos entes da Administração Pública direta e indireta do município. A controlada tem o compromisso de capitalizar o montante de R\$ 86.579 em até 120 meses contados a partir do início da concessão. Até 31 de dezembro de 2020 já foram integralizados R\$ 12.988.

Conforme Edital de Licitação 008/2017 a controlada Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. possui o compromisso de integralizar no capital social o montante de R\$ 60.000, já totalmente integralizados em 03 de abril de 2020.

Manaus Ambiental S.A. possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação, que corresponde a 1% do faturamento.

Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A possui o compromisso de integralizar no capital social o montante de R\$ 180.000. Já constituído em 31 de março de 2020 o valor R\$ 18.000. O restante de R\$ 162.000 será integralizado 82.000 em 2022 e R\$ 80.000 em 2023.

29 Aspectos ambientais

A Companhia e suas controladas consideram que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30 Eventos subsequentes

Em 28 de janeiro de 2021, a controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. transferiu a totalidade de sua participação na controlada Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, representada por 221.673.063 ações ordinárias, mediante integralização de capital social em sua controlada Tertúlia Participações e Administração S.A.

Em 03 de fevereiro de 2021 foram cumpridas as condições suspensivas previstas no Acordo de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Acordo”) celebrado entre a controlada Aegea Saneamento e Participações S.A. e a PROJETO LAKE S.A., tendo esta ingressado como acionista minoritária indireta da Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, por meio de subscrição e integralização de ações preferenciais na Tertulia Participações e Administração S.A. no montante de R\$ 500.000, equivalente à uma participação proporcional de 43%.

* * *

Diretoria

Rholf Alvarenga Badine

Leandro Antônio Grisi

Contador

Fábio Benvindo
Contador CRC 1SP255684/O-3